

ATA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 1º-02-
2017.

Ao primeiro dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Adeli Sell, André Carús, Cláudio Janta, Dr. Thiago, Idenir Cecchim, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Matheus Ayres, Paulinho Motorista, Reginaldo Pujol, Rodrigo Maroni, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 281/16 (Processo nº 2743/16), de autoria de Cassio Trogildo; o Projeto de Lei do Legislativo nº 006/17 (Processo nº 0224/17), de autoria de João Carlos Nedel; o Projeto de Lei do Legislativo nº 273/16 (Processo nº 2681/16), de autoria de Márcio Bins Ely; e o Projeto de Lei do Legislativo nº 013/17 (Processo nº 0306/17), de autoria de Rodrigo Maroni. Após, foram apregoados os seguintes Requerimentos, deferidos pelo Presidente, solicitando o desarquivamento de proposições: de autoria de Alvoni Medina, com referência aos Projetos de Lei do Legislativo nºs 044, 045 e 069/09, 057/14 e 297/15 (Processos nºs 1217, 1225 e 1771/09, 0620/14 e 2945/15, respectivamente); de autoria de André Carús, com referência ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 021/10 e ao Projeto de Lei do Legislativo nº 117/16 (Processos nºs 2594/10 e 1234/16, respectivamente); de autoria de Cassio Trogildo, com referência ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 027/14, aos Projetos de Lei do Legislativo nºs 157/14, 230, 087, 110, 170, 210, 257 e 281/16 e ao Projeto de Resolução nº 041/16 (Processos nºs 2342 e 1677/14, 2322, 0981, 1167, 1728, 2039, 2571, 2743 e 1872/16, respectivamente); de autoria de Cláudio Janta, com referência aos Projetos de Emenda à Lei Orgânica nºs 003/13 e 002/16, aos Projetos de Lei Complementar do Legislativo nºs 014 e 032/14, 009 e 017/15 e 003/16 e aos Projetos de Lei do Legislativo nºs 122, 124, 130, 293 e 350/13, 120/14, 021, 157, 161, 162 e 209/15, 067, 058, 012, 088, 097 e 205/16 (Processos nºs 1822/13 e 0179/16, 1273 e 1719/14, 0248 e 1290/15, 0124/16, 1227/14, 0247, 1713, 1744, 1745 e 2074/15, 0181, 0183, 0184, 0985, 1034 e 2002/16, respectivamente); de autoria de Elizandro Sabino, com referência ao Projeto de Lei do Legislativo nº 285/15 e à Indicação nº 034/16 (Processos nºs 2858/15 e 1564/16, respectivamente); de autoria de Fernanda Melchionna, com referência aos Projetos de Lei Complementar do Legislativo nºs 024/10, 021/12, 003, 005, 013, 018 e 023/13 e 018/15 e aos Projetos de Lei do Legislativo nºs 028, 180 e 181/12, 023, 056, 245 e 255/13, 146/14, 154 e 228/15, 207, 240 e 241/16 (Processos nºs 3642/10, 1971/12, 0841, 0973, 1185/13 e 0863/13 e 1401/15, 0418, 2252 e 2448/12,

0539, 0816, 2127 e 2204/13, 1542/14, 1687 e 2299/15, 2020, 2430 e 2431/16, respectivamente); de autoria de Idenir Cecchim, com referência ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 015/13, aos Projetos de Lei do Legislativo nºs 211/11, 043/12, 139 e 141/14, 158, 188, 246, 274 e 276/16 e ao Projeto de Resolução nº 064/16 (Processos nºs 1578/13, 3827/11, 0582/12, 1480 e 1492/14, 1550, 1877, 2505, 2687 e 2696/16 e 2709/16, respectivamente); de autoria de João Carlos Nedel, com referência aos Projetos de Emenda à Lei Orgânica nºs 005/13 e 003/16, aos Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 021/14 e 022/16, aos Projetos de Lei do Legislativo nºs 064, 266 e 292/14, 146, 183, 195, 206, 215, 223, 227, 265 e 268/16 e ao Projeto de Resolução nº 001/16 (Processos nºs 2014/13, 1671/16, 1913/14, 1150/16, 0659, 2870 e 3047/14, 1505, 1847, 1955, 2011, 2110, 2258, 2313, 2600, 2624 e 0162/16, respectivamente); de autoria de José Freitas, com referência aos Projetos de Lei do Legislativo nºs 013 e 025/09, 156, 219 e 220/16 e 1306/16 (Processos nºs 0675 e 0852/09, 1548, 2169 e 2170/16 e 1306/13, respectivamente); de autoria de Marcelo Sgarbossa, com referência ao Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 001/14, aos Projetos de Lei Complementar do Legislativo nºs 003/12, 020 e 031/15 e 025/16, aos Projetos de Lei do Legislativo nºs 140, 251, 259 e 300/13, 010, 035, 238 e 248/14, 036 e 186/15, 003, 062 e 226/16 e ao Projeto de Decreto Legislativo nº 004/15 (Processos nºs 2462/14, 0186/12, 1802 e 2680/15, 1734/16, 1484, 2162, 2248 e 2696/13, 0215, 0466, 2586 e 2735/14, 0363 e 1966/15, 0045, 0714 e 2308/16 e 1417/15); de autoria de Márcio Bins Ely, com referência aos Projetos de Lei Complementar do Legislativo nºs 025/12, 003/14 e 029/15 e aos Projetos de Lei do Legislativo nºs 229/06, 074/07, 103/12, 025, 052, 071, 074, 112 e 200/14, 054, 135, 160, 201, 205, 206 e 217/15, 006, 009, 112, 127, 152, 179, 222, 235, 238, 239, 266, 273, 284 e 285/16 (Processos nºs 2387/12, 0374/14 e 2532/15, 5510/06, 2428/07, 1371/12, 0388, 0607, 0732, 0761, 1149 e 2143/14, 0562, 1454, 1741, 2034, 2054, 2058 e 2170/15, 0097, 0146, 1198, 1351, 1532, 1812, 2220, 2413, 2428, 2429, 2606, 2681, 2785 e 2795/16, respectivamente); de autoria de Mendes Ribeiro, com referência aos Projetos de Lei Complementar do Legislativo nºs 008/15 e 009/16, aos Projetos de Lei do Legislativo nºs 156/15, 001, 079 e 098/16 e às Indicações nºs 029 e 031/15 e 001 e 024/16 (Processos nºs 0847/15 e 0268/16, 1711/15, 0020, 0898 e 1045/16, 1367 e 1413/16 e 0148 e 1108/16, respectivamente); de autoria de Mônica Leal, com referência ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 018/13, aos Projetos de Lei do Legislativo nºs 297 e 320/13 e 040/16 e ao Projeto de Resolução nº 015/14 (Processos nºs 1705/13, 2667 e 2846/13 e 0497/16 e 1035/14, respectivamente); de autoria de Prof. Alex Fraga, com referência ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 027/16, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 132/15 e ao Requerimento nº 023/15 (Processos nºs 2291/16, 1389 e 0635/15, respectivamente); de autoria de Reginaldo Pujol, com referência aos Projetos de Lei Complementar do Legislativo nºs 011/11 e 030/16 e aos Projetos de Lei do Legislativo nºs 104, 149, 176 e 209/16 (Processos nºs 2323/11, 2777/16, 1074, 1528, 1768 e 2036/16, respectivamente); de autoria de Sofia Cavedon, com referência aos Projetos de Lei Complementar do Legislativo nºs 010/13 e 024/16, aos Projetos de Lei do Legislativo nºs 083, 187 e 281/15, 033, 039, 134, 163, 166, 224 e 236/16 e ao Projeto de Resolução nº 056/15,

(Processos nºs 0855/13 e 1546/16, 1005, 1973 e 2840/15, 380, 0492, 1408, 1608, 1632, 2265, e 2416/16 e 2950/15, respectivamente); e de autoria de Valter Nagelstein, com referência ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 026/16 e aos Projetos de Lei do Legislativo nºs 370/13, 124, 133, 212 e 260/16 (Processos nºs 2162/16, 3340/13, 1333, 1396, 2085 e 2579/16, respectivamente). A seguir, foram apregoados os seguintes Ofícios, do Prefeito: nº 0616/16, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei do Legislativo nº 067/14 (Processo nº 0690/14); nº 1030, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei do Legislativo nº 029/15 (Processo nº 0328/15); nº 1058/16, encaminhando Veto Parcial ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 015/16 (Processo nº 2762/16); nº 1059/16, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei do Legislativo nº 207/11 (Processo nº 3789/11); nº 1067/16, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 025/11 (Processo nº 0816/11); nº 0049/17, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 007/15 (Processo nº 0586/15); nº 0050/17, encaminhando Veto Parcial ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 007/16 (Processo nº 1929/16); nº 0051/17, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 019/16 (Processo nº 0779/16); nº 0073/17, encaminhando Veto Parcial ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 016/15 (Processo nº 1760/15); nº 0074/17, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei do Legislativo nº 029/16 (Processo nº 0365/16); nº 079/17, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei do Legislativo nº 027/16 (Processo nº 0347/16); nº 0088/17, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei do Legislativo nº 257/15 (Processo nº 2690/15); nº 0100/17, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei do Legislativo nº 136/14 (Processo nº 1399/14); nº 0102/17, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei do Legislativo nº 054/16 (Processo nº 0629/16); nº 0108/17, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei do Legislativo nº 247/15 (Processo nº 2635/15); e nº 056/17, informando sobre o encaminhamento de Pedidos de Informações, de Providências, Diligências e Indicações. Ainda, foi apregoado o Ofício nº 053/160/2016, de Michelle Dornelles D'Agostini, Chefe de Cartório, em substituição, da 160ª Zona Eleitoral. Em prosseguimento, o Presidente declarou empossado na vereança o suplente Matheus Ayres, em substituição a Ramiro Rosário, após a entrega do seu Diploma e Declaração de Bens, bem como a prestação de compromisso legal e indicação do nome parlamentar, informando que Sua Senhoria integrará a Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude. Também, foi apregoado o Ofício nº 001/17, de Moisés Maluco do Bem, informando que, a partir do dia primeiro de fevereiro do corrente, exercerá o cargo de Líder da Bancada do PSDB. A seguir, foi apregoado documento de autoria de Mônica Leal, informando que, a partir do dia primeiro de fevereiro do corrente, João Carlos Nedel exercerá o cargo de Vice-Líder da Bancada PP. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Felipe Camozzato, Rodrigo Maroni, Professor Wambert, Roberto Robaina, Adeli Sell, Moisés Maluco do Bem, Idenir Cecchim e Fernanda Melchionna. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Adeli Sell, André Carús, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Prof. Alex Fraga, em tempo cedido por Fernanda Melchionna, João Bosco Vaz, Aldacir Oliboni, Valter Nagelstein, Dr. Thiago, Moisés Maluco do Bem e Cláudio Janta. Em

COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Luciano Marcantônio. Em GRANDE EXPEDIENTE, pronunciou-se Adeli Sell. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª Sessão, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 008/15, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 370/13, 226 e 276/16 e o Projeto de Resolução nº 064/16; em 2ª Sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 054/15, 238, 265 e 268/16. Às dezesseis horas e cinquenta e dois minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Cassio Trogildo, Valter Nagelstein e Cláudio Janta e secretariados por Mauro Pinheiro. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Sejam todos bem-vindos para prestigiarem a posse do novo Vereador. O Suplente Matheus Ayres assumirá no lugar do Ver. Ramiro Rosário. Solicito ao Suplente Matheus Ayres que entregue seu Diploma e a Declaração de Bens a esta Mesa.

(Procede-se à entrega do Diploma e da Declaração de Bens.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Solicito que os presentes, em pé, ouçam o compromisso que o Suplente Matheus Ayres prestará a seguir.

O SR. MATHEUS AYRES: "Prometo cumprir a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, defender a autonomia municipal, exercer com honra, lealdade e dedicação o mandato que me foi conferido pelo povo." (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Declaro empossado o Ver. Matheus Ayres. O nome de V. Exa. já está aqui consignado, Matheus Ayres, V. Exa. integrará a Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude – CECE.

O Ver. Matheus Ayres está com a palavra, nos termos do art. 12 do Regimento.

O SR. MATHEUS AYRES: Sr. Presidente, Ver. Cassio Trogildo; em seu nome, aproveito para saudar todos e cada um dos Srs. Vereadores e das Sras. Vereadoras, a partir de hoje parceiros no servir; senhores funcionários, colaboradores da Casa, queridos amigos convidados que muito me honram nesta tarde – muito obrigado pela presença de cada um –, porto-alegrenses todos, boa tarde. Com muita alegria venho dirigir nossas primeiras palavras neste plenário, e gostaria de focar em três: esperança, diálogo e trabalho.

Esperança: ao longo de toda a minha caminhada de discernimento para a minha vinda ao mundo político-partidário, eu estou há um ano neste mundo, foi o que eu mais escutei. Ao mesmo tempo, me foi solicitado: “Matheus, precisamos de uma nova esperança”. É verdade que o nosso País vive uma grande, profunda e triste realidade de corrupção, de desonestidade e do tão já falado jeitinho brasileiro, nas

famílias, nos relacionamentos do dia a dia, no trabalho, no mundo, na educação, na iniciativa privada e, claro, aqui em nosso meio, no mundo político. Resolvi desacomodar. Lembro-me muito bem de dois dias importantes dessa trajetória: um programa de rádio e um evento na praia de Copacabana, no Rio de Janeiro.

Num programa de rádio: certo dia fui entrevistado sobre o momento político do Brasil, uma efervescência em toda a sociedade, sobre assuntos ligados à corrupção e à má gestão da coisa pública. Entre uma partilha e outra, durante o intervalo, o apresentador me disse: “Matheus, você precisa ir para a política; precisamos de gente boa como você”. Não sei o que vi de bom em mim, mas, enfim, aqui estou. Na hora pensei: *o.k.*, legal, muito obrigado – não liguei muito. O problema – e um problema bom – foi depois: noites e mais noites, ao colocar a cabeça no travesseiro, aquele comentário não me saía da mente, mas não somente da razão, havia se instalado em mim. Desde muito jovem, eu tinha um sonho: mudar o mundo; aliás, todos nós temos este sonho, de mudar o mundo, de ajudar a transformar este lugar em, como diz um grande amigo, deputado em Minas Gerais, um mundo novo. Eu chamo isso de esperança.

Comecei a trabalhar muito cedo, aprendi a dialogar e a aprender em família, trabalhei com conserto de impressoras – Olivetti, alguns aqui vão lembrar –, vendendo pastéis para ajudar a pagar a faculdade, em cursinho pré-vestibular, em livrarias, até chegar ao rádio, rádio educativa e católica, na qual ainda trabalho, a Rádio Aliança. Tornei-me depois cientista social, áreas de sociologia, antropologia e política. Tornei-me professor muito mais para aprender junto do que para ensinar; passei pelas editoras da rede marista e atualmente junto aos jesuítas no Colégio Anchieta.

Praia de Copacabana: segundo momento. Tive a graça de poder participar da Jornada Mundial da Juventude com o Papa Francisco. Um evento de gigantescas proporções reunindo 6 milhões de pessoas. Além de ser um grande momento para aqueles que participavam do exemplo de solidariedade, respeito, colaboração com toda a sociedade civil, em um dos eventos disse o Papa: “O coração de vocês, coração jovem, quer construir um mundo melhor. Os jovens, nas estradas, querem ser protagonistas da mudança; por favor, não deixem para os outros serem protagonistas da mudança! Vocês são aqueles que têm o futuro. Vocês! Através de vocês, o futuro entra no mundo. Também peço a vocês para serem os protagonistas dessa mudança.” E disse mais, que evangelizar significa testemunhar pessoalmente o amor de Deus, significa superar os nossos egoísmos, significa servir inclinando-nos para lavar os pés dos nossos irmãos - regra da minha vida, tal como fez Jesus. Queridos jovens, regressando às suas casas, não tenham medo de ser generosos, de dar tudo. Permito-me não comentar as palavras do Papa Francisco, as deixo agir por si só.

Meus amigos e minhas amigas, que vieram aqui hoje para a nossa posse, e também aqueles que nos acompanham nas mídias, eu prometo com todas as letras da palavra esperança: não me cansarei de lutar para que a esperança triunfe sobre o pessimismo ou o medo. Todo o desgosto ou vontade de chutar o balde precisa ser transformada em atitude em nossas famílias atrás da TV, ligados no rádio, em nossos celulares, mas especialmente nos detalhes de cada dia! Contem comigo como cidadão e

Vereador. Não irei descansar enquanto não transformar este mundo num mundo melhor, nem que seja o mundo que está ao meu redor.

Tenho muitas limitações, é verdade. Tenho defeitos, é verdade. Mas tenho muita coragem, alegria e esperança de transformar com justiça, verdade e amor este lugar em que vivemos, não para mim, não somente para a minha esposa, minha maior incentivadora e eleitora. Os meus filhos, a Júlia que está aqui; o Pedro que já se encontra com Deus e a Helena, que está no ventre da Renata. Não para nós, mas por aqueles que têm fome e sede de justiça, para todos que sofrem perseguições, que têm a sua dignidade humana atacada, por todos os invisíveis da nossa sociedade, invisíveis da nossa sociedade! Muitas vezes nós não temos a dignidade de olhá-los na rua. Vamos a outra palavra: diálogo. Esta realmente é a minha marca - diálogo. Não me permito me limitar entre esquerda e direita, respeitando quem pensa assim, entre bons e maus. Meus amigos, todo homem é bom, como canta um intérprete nosso, aqui de Porto Alegre. Eu poderia responder: sou de direita, sou de esquerda. Mas, convenhamos, quem sabe hoje o que realmente isso significa! Não escolhi o Partido Progressista somente pelas pessoas, mas não posso deixar de mencionar o Ver. Nedel, que me convenceu a me tornar membro do Partido Progressista, ao Deputado Sérgio Turra, que muito me auxiliou nesta caminhada. Citando eles, eu cito todos os parceiros de bem do meu partido. Eu escolhi o PP pelos seus valores, pelo seu estatuto. Aliás, todos nós deveríamos fazer isso: saber onde estamos pisando. Não pelo que os outros dizem, não pelos acertos ou erros, mas sim para que tenhamos as nossas opiniões. Eu sou PP, isso responde aos meus princípios, responde aos meus valores do meu dia a dia. Mas a minha luta não se restringe a siglas – com todo o respeito às siglas aqui presentes, representadas, ou bandeiras – ela vai além; eu luto por algo muito maior: as pessoas. Por isso me comprometo diante de todos ao diálogo verdadeiro, sem preconceitos, sem ódios, sem julgamentos, sem questões fechadas. Para respeitar a paciência de vocês, a última palavra: trabalho. Aprendi com meus avós. Pedreiro, colocador de trilhos, Almerindo; embaladora de balas, Zeli; dona de casa, Tereza; brigadiano, o Emídio. Trabalhar com dignidade, com as dores e alegrias, deveria ter herdado dos meus pais esse sobrenome, trabalho. Jânio Ayres e Cleonice Cruz. Deveria, não; herdei.

Vamos trabalhar e muito para honrar as promessas da campanha, as demandas novas que chegarem para honrar as esperanças em mim depositadas - e não foram poucas, mas vamos trabalhar juntos. Queridos amigos Vereadores, vamos trabalhar juntos. Educação, cultura, emprego, segurança, saúde, mobilidade e sustentabilidade - nos detalhes e nas grandes decisões o gabinete é aberto, o mandato é nosso, senhores e senhoras que aqui estão e que estão em casa, vamos juntos. Nosso lema foi: vamos juntos. É verdade, e isso será uma prática. Como nos ensina a segunda leitura da Liturgia das Horas de hoje, a quem devo um amor incondicional ao lugar que me formou o homem de fé, a comunidade paz e mel, que vossa caridade cresça sempre mais na ciência e na compreensão para discernirdes o que ainda é melhor. Queridos Vereadores, de coração, e é de coração que eu digo: será uma honra trabalhar e aprender com cada um de vocês que já venho acompanhando de fora. Meu mandato e meu gabinete são nossos, de todos. Títulos não deveriam ser a chave que abrem as portas;

peças, sim. Queridos funcionários, colaboradores desta Casa, estagiários, prestadores de serviço e imprensa, Poder Executivo, Poder Judiciário, cidadãos todos, queridos amigos e amigas, vamos juntos, a vida real precisa de cada um de nós. Sou Matheus Ayres, marido, pai e amigo. Estou Vereador, podem contar comigo em tudo. Grande abraço, muito obrigado - desculpa – pela atenção de cada um. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Parabéns, Ver. Matheus Ayres. Registro a presença do Padre Diego, seja sempre muito bem-vindo a esta Casa.

O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Boa tarde, senhoras e senhoras, primeiramente quero dar as boas-vindas ao Ver. Matheus Ayres, que toma posse hoje, é muito bom poder contar com mais um Vereador que – além de ter pouca idade assim como eu – vem nessa perspectiva de nova política. Inicialmente gostaria de saudar a todos os Vereadores desta nova legislatura, temos quatro anos pela frente trabalhando juntos. E o Partido Novo, nesta primeira legislatura, como um partido que surge oriundo da sociedade civil e propõe coisas bastante diferentes também na sua maneira de atuação, ele vem para se somar a este parlamento e contribuir com a Cidade, especialmente nesse momento bastante delicado em que Porto Alegre se encontra, momento esse que não só é delicado do ponto de vista financeiro, como também pelas reestruturações feitas, pelas novas modalidades de gestão, pela forma com que se está formando a equipe de secretariado. Então, um dos fatores muito importantes nessa nova legislatura é que todos os Vereadores trabalhem juntos para compreender esse momento crítico e fazer o melhor neste parlamento para que Porto Alegre saia, ao fim desses quatro anos, melhor do que começou.

Uma questão que gostaria de trazer, de bastante importância, que eu trago desde a minha campanha, diz respeito ao tempo de abertura de empresas no Município de Porto Alegre e sobre a burocracia da nossa Cidade. No *ranking* Doing Business, Porto Alegre, ou melhor, o Brasil se coloca muito mal dentre os países do mundo, onde é medida a facilidade de se fazer negócios. E no *ranking* elaborado pela Endeavor – ONG internacional que visa à promoção do empreendedorismo mundo afora – Porto Alegre vai mal, e especialmente mal no que tange à burocracia. Quando abrimos esse relatório da Endeavor e destrinchamos esses números indicadores de que vamos mal, vemos tempo de processos, vemos registro de imóveis, licenciamento ambiental e o custo disso. Então são todos pontos que passam aqui pela Câmara de Vereadores e é fundamental que nós, do Parlamento, consigamos revisar, modificar, atualizar isso para que não sejamos uma cidade onde ocupamos um dos piores lugares dentro das capitais brasileiras para abrir um negócio e, sim, que passemos a olhar Porto Alegre como uma das cidades mais fáceis de se empreender no Brasil, uma das cidades onde se recebem com boas vindas novos empreendimentos, novas oportunidades, novas ideias. Enfim, ao

longo desses quatro anos, essa é uma pauta que quero que vocês contem comigo como parceiro para ajudar a contribuir.

Estarei pautando diversas iniciativas também e espero contar com a ajuda de vocês para que consigamos, independente de partido ou de bancada, mas com boas ideias para o Município de Porto Alegre, avançar e favorecer um ambiente empreendedor, um ambiente para quem quer gerar emprego, renda, produtos e serviços para a nossa Cidade. Isso é o que mais interessa para o cidadão de Porto Alegre, para quem empreende na Cidade e que recentemente está pensando em deixá-la. Muitos estão deixando a nossa Cidade, indo para a Região Metropolitana por conta da facilidade em termos de tributação, de burocracia, ou estão buscando outros países. Publiquei nas minhas redes sociais como o Paraguai tem flexibilizado a sua legislação, como tem conseguido, através de uma legislação inovadora, atrair investimentos, empreendimentos de diversas partes do mundo, inclusive do Brasil, e com isso fomentar a geração de riqueza, empregos e favorecer a vida de quem mais importa, de quem mais deve ser observado por nós do Legislativo e Executivo, que são as pessoas que estão com maior necessidade, os mais pobres. Essas pessoas precisam ter o direito respeitado de poder ter seus empregos, poder empreender, estabelecer seus negócios, poder empregar outras pessoas e não ter que arcar com o custo moral, psicológico e financeiro de ter que aguardar por meses, às vezes por anos de espera, para conseguir se regularizar.

Então, conto com todos vocês e espero poder auxiliá-los também para que possamos avançar na nossa Porto Alegre ao longo desses quatro anos, para que consigamos admirá-la muito mais do que hoje. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. RODRIGO MARONI: Boa tarde, Presidente Cassio Trogildo; Vereadores e Vereadoras, nesse reinício dos trabalhos aqui da Câmara de Vereadores, oficialmente, quero manifestar, na verdade, o que ficou das minhas últimas palavras no final da última Sessão que tivemos no dia 2 de janeiro. Pessoalmente, não tive férias; pelo contrário, o meu recesso – isso qualquer assessor, ou mesmo aqui o pessoal da Câmara que viu pode acompanhar – foi de um trabalho quintuplicado nessas férias, após a última Sessão do dia 2 de janeiro que aconteceu aqui na Câmara de Vereadores.

Eu quero, mais uma vez, Ver. Paulo Brum, lamentar aquela Sessão – inclusive, entrei com uma liminar no Ministério Público para tentar anulá-la por inconstitucionalidade, tendo em vista que havia vidas envolvidas, e eu sentia exatamente o que eu falava. E convido qualquer Vereador ou qualquer assessor – e dou as boas-vindas aos colegas aqui da Câmara – a comprovar o que eu estou falando. Infelizmente, essa tal mudança administrativa, esse tal reinício de Governo, a mim não tem agradado em nada. Quero publicamente aqui dizer que eu era um cara, até então,

que queria olhar e avaliar. E não estou me colocando aqui em posição de oposição, isso ou aquilo, mas quero dizer que não me agradou em nada esse tal início de Governo, principalmente pela pauta pela qual luto tanto, a pauta dos animais. Para vocês terem uma ideia, até o ano passado, eu tinha uma média de atendimento de animais – está tudo registrado, qualquer um pode ver - em torno de 20%, 30% do que eu tive de atender após o início do Governo e após o que está acontecendo na Secretaria de Animais.

Lamentavelmente, quero dizer que os animais ficaram quase dois meses sem atendimento, ou quase nada; aliás, eles já não tinham atendimento, porque era uma Secretaria que não tinha, Janta, que era mínima e que foi extinta aqui pela Câmara de Vereadores. Durante todos os dias recebi ligações de pessoas que não conseguiam serem atendidas. Fui até o Secretário Kevin Krieger que, de forma muito íntegra e honesta, me deu a real: de que, sim, seria cortado o orçamento e de que a Secretaria estava com dificuldade de funcionamento. Nesses dois meses, vidas foram perdidas, pessoal, vidas atropeladas, animais em todo estágio que não tiveram atendimento. E com a nossa votação aqui isso se reafirmou. E eu quero fazer uma profunda lamentação, Paulo Brum, porque essa é a realidade; é ligar para a Secretaria Especial dos Direitos Animais agora e testar, Felipe, para ver se está em funcionamento. E agora ainda com essa discussão de que o hospital vai ser devolvido, eu quero perguntar se os colegas vão votar para esse hospital ser devolvido. Porque se já estava ruim, no seu funcionamento com 0,08%, o que era péssimo, agora ficou abaixo do péssimo. E se nós votarmos para o corte de orçamento para o Hospital Público Veterinário, aí serão trevas. E eu convido os colegas a me acompanharem um dia para verem o que eu estou vivendo. O meu trabalho quintuplicou por falta do atendimento. E essa é a realidade desse início de Governo que, lamentavelmente, teve, na minha opinião, essa derrota, não só para os animais, mas para outros setores também. Eu vou batalhar de toda a forma, inclusive no dia oito nós vamos fazer um grande ato em frente à Prefeitura. Convido todos os colegas que quiserem participar para manifestarmos o nosso repúdio à extinção da Secretaria Especial dos Direitos Animais. Há veterinários que estão aqui batalhando para serem contratados e, obviamente, com o corte de orçamento não serão. Essa matemática não fecha. E nós estamos vivendo, na cidade de Porto Alegre, um momento profundamente triste para os animais. Olha, nunca imaginei que fosse trabalhar tanto, Oliboni. No ano passado eu estava aqui e trabalhei durante o recesso. Estou há dois anos como Vereador e optei por trabalhar no recesso. Mas eu posso garantir para vocês que eu nunca imaginei que fosse trabalhar tanto. Hoje o meu trabalho começa às seis horas da manhã, com pedidos, e vai até as três da manhã, porque não tem o órgão público funcionando, Roberto! O órgão público não está funcionando, alegando recesso. Tu ligas para lá, e estão alegando recesso! Não tem atendimento por isso, e o indicativo desse corte de orçamento e o indicativo da privatização do hospital significam que não vai ter órgão nenhum; vai ter um departamento simbólico para dizer que a Cidade tem. Esta é a realidade. E aí, meus amigos, não é questão de oposição, mas não tem! Eu vou ficar do lado dos animais e é ponto final!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Professor Wambert está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. PROFESSOR WAMBERT: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, faço uso da tribuna em nome do Partido Republicano da Ordem Social, porque eu queria dar as boas-vindas ao Ver. Matheus Ayres, que acabou de tomar posse. Acho que teve que se ausentar do plenário, não está presente agora, mas eu quero deixar registrado as minhas boas-vindas ao Matheus, um sociólogo de bastante conteúdo, o conheço há muitos anos. É um incremento de muita qualidade a este Parlamento. O Matheus Ayres atua como comunicador e como formador há dez anos, prestando um grande serviço à juventude de Porto Alegre e vem dar a sua contribuição, agora, à política. Como ele ressaltou em seu discurso, ele está disposto ao diálogo. O Matheus foi buscar numa fonte longínqua, até mesmo na antiga Grécia, o verdadeiro sentido da política, Ver. Camozzato. A política é exatamente, Vereadores Adeli Sell e Oliboni, a arte do diálogo, e nós sabemos disso. A violência é exatamente o fim da política, porque toda a violência é muda, mas a política implica o uso da razão. O primeiro conteúdo da política é este diálogo que se dá num espaço que é um espaço que vai além do espaço privado, que é o nosso espaço público. Nesse sentido, a política também é uma forma de convívio, Presidente, é uma forma de conviver neste espaço público. E a política, então, como exercício do poder, nasce da cidade, nasce da “polis”; aliás, política é a arte da cidade.

Nesse sentido, quero comentar o discurso do Vereador recém-empossado Matheus Ayres, justamente do verdadeiro sentido da política quando São João Paulo II fala que a política é a forma mais elevada de exercer o amor, de exercer a caridade. E o Papa Francisco completa dizendo que a política é uma forma excepcional de exercer um serviço. Então, é importante termos sempre essa consciência, neste Parlamento, de que somos esse servidor. O Ver. Matheus Ayres é um conhecedor também do Humanismo Social Cristão, que também me motiva, me inspira, da doutrina social da Igreja, que ensina que a política é, antes de tudo, a técnica, a forma de realizar o bem comum. E esse bem comum, colegas Vereadores, não é o bem de uma corporação, Comandante Nádia; não é o bem de um grupo de pessoas ou de um conjunto de indivíduos, nem de uma mera coletividade, é o bem de todos e de cada um.

Então, ainda que nós tenhamos um nicho de eleitorado que nos apoiou, que nós conseguimos identificar, cada um de nós representa, aqui, toda a cidade. Nós recebemos um mandato, uma procuração e nós representamos inclusive aqueles que são nossos adversários, representamos inclusive aqueles que jamais votariam em nós, porque nós representamos o povo de Porto Alegre, Vereadores. Nesse sentido, quero comentar, mais uma vez, o discurso do Ver. Matheus Ayres, dar as boas-vindas, sempre nessa ótica de que se ele propagou, aqui desta tribuna, o mestre que o inspira, que é Jesus Cristo, foi Ele mesmo que disse que veio a este mundo para servir e não para ser servido. Esse é o nosso papel. Estamos aqui não para nos servir da Cidade, mas para prestar um serviço elevado a Porto Alegre. Minhas boas-vindas ao Vereador. E quero saudar todos os colegas neste início de Legislatura. No primeiro dia de mandato,

mandamos uma carta falando sobre diálogo e amizade política e esse será o conteúdo desta Legislatura, se Deus quiser. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ROBERTO ROBAINA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, em nome do PSOL, da Ver.^a Fernanda Melchionna, do Ver. Prof. Alex Fraga, nós queremos, na verdade, fazer uma demanda para a Câmara de Vereadores. Durante o mês de janeiro foi deflagrada em Porto Alegre a chamada Operação Tormenta: uma operação da Polícia Civil, acompanhada pelo Ministério Público de Contas, com investigação que demonstra superfaturamento no Departamento de Esgotos Pluviais. Não é uma questão menor. A Câmara de Vereadores tem como obrigação constitucional a fiscalização dos atos do Executivo, e esse assunto, embora tenha essa grave novidade de ser uma operação deflagrada pela Polícia Civil em pleno janeiro, não é novidade, porque, já em julho do ano passado, nós tivemos também investigações, nesse caso investigações feitas num primeiro momento por equipes de investigação do jornalismo, do jornal Zero Hora, que durante seis meses demonstraram uma fraude que atingiu já, de modo demonstrado, R\$ 5 milhões. Era um período difícil para que tivéssemos um debate público aqui na Câmara que não fosse cruzado também pelo debate eleitoral, porque julho era prévio ao debate eleitoral. Mais grave ainda é que nós tivemos, no final do ano, um incêndio criminoso no DEP. Não é possível que nesse quadro a Câmara de Vereadores não coloque uma lupa sobre problema e dê respaldo político à Polícia Civil e ao Ministério Público de Contas. Eu pretendo entrar com Requerimento de formação de Comissão Parlamentar de Inquérito. Nós já temos, evidentemente, o apoio de Vereadores da oposição – os Vereadores do meu Partido, o PSOL, e dos Vereadores do PT -, mas não achamos que isso deva ser encarado como projeto de oposição; nós achamos que isso deva ser encarado como um dever da Câmara de Vereadores. E digo mais, eu quero que a Câmara, por um lado, assuma essa responsabilidade enquanto Instituição e quero que o Governo Municipal também apoie a realização da CPI. O Prefeito Marchezan... Nós temos todo um debate que vai se desenvolver nesta Casa - tenho certeza de que ele vai se desenvolver -, sobre finanças públicas, é um debate fundamental. O Maroni fazia menção a uma questão específica envolvendo a defesa de animais. Parece mínimo, mas não é, também é um problema grave. Isso vale para a saúde, vale para a segurança. Há um certo descaso, há um certo abandono da Cidade. O Governo Marchezan tem argumentado que é uma questão financeira; pois bem, nós temos de fazer o debate financeiro. Parte do debate financeiro também é conter, liquidar a sangria dos cofres públicos, via esquemas de corrupção, e, na medida do possível, resgatar o recurso público que foi assaltado dos cofres públicos. Por isso que acho uma CPI não pode ser encarada como uma tribuna política, no sentido de dar visibilidade para o Vereador A ou B. O que interessa, numa Comissão

Parlamentar de Inquérito, para que ela realmente funcione, é que ela seja assumida pela instituição. E se há um interesse comum de que tenhamos uma administração com transparência, em primeiro lugar, quem deve assumir a responsabilidade para que uma Comissão Parlamentar se desenvolva é o próprio Governo. Por isso que eu digo que é uma demanda que estamos fazendo para a Câmara de Vereadores e para o próprio Governo; por isso que não é uma discussão pontual, conjuntural, pois diz respeito ao debate estrutural. Nós estamos acompanhando o País, a situação da Lava a Jato que, como todos que conhecem a posição ... Para concluir, digo que é uma luta política, no sentido de que nós vamos estabelecer esse debate e vamos lutar para convencer o maior número possível de Vereadores de que o interesse público que está em jogo não é uma lógica de disputa política, mas de defesa da transparência na administração pública. Se nós chegarmos a essa conclusão comum ou majoritária, nós poderemos ter uma CPI altamente produtiva, depende da Câmara de Vereadores. E eu confio que a Câmara de Vereadores vai cumprir seu papel.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ADELI SELL: Meu caro Presidente Cassio Trogildo, colegas Vereadoras, Vereadores, senhoras e senhores, creio que nós começamos bem, não só falando em diálogo, mas dialogando aqui sobre temas da Cidade. Aproveito já para saudar o Ver. Matheus Ayres, que acaba de assumir; saúdo também o nosso colega Ver. Ricardo Gomes, que assumiu uma imensa tarefa de dirigir a nova Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico da Cidade; e quero fazer coro ao Ver. Felipe Camozzato, eu falei segunda-feira com o Secretário Ricardo, que já me parece que já está cuidando da situação, que sabe que isso é um grande problema de Porto Alegre: a demora que havia na questão de podermos ter empresas, sejam de que porte for, em Porto Alegre, sem a devida burocracia. Inclusive, ia depois complementar a minha conversa, Ricardo, mandando um *e-mail* para o senhor chamando a atenção de que, no passado, nós tivemos aquela ideia de fazer o alvará provisório, isso evoluiu. No entanto, com pouca fiscalização que há, normalmente, a fiscalização age sobre a demanda. E eu já observava, na minha época de Secretário, e acho que a coisa piorou, porque há muita disputa, que há também a concorrência que vai lá e denuncia o seu concorrente: “Ah, porque o sujeito não está com o bar, o restaurante como devia de ser.” Você vai verificar, às vezes, é um pequeno detalhe. Dia desses teve um caso que o sujeito já pediu, era uma loja, o cara está num processo de transformação, não agiu como bar, mas fez uma atividade que estava naquela “zona gris”, cinza, não pode ser assim. Nós temos que focar, Secretário - quero fazer coro ao Felipe Camozzato - em legalizar empresas, mostrar como se faz, como se articula, quais as dificuldades que têm. Agora vamos ter um processo, inclusive, de licenciamento diferenciado. E aqui eu quero deixar bem claro, já denunciei, num grande jornal, ontem, a situação dramática de um órgão público

municipal chamado Epahc. Segunda-feira, já pedi uma reunião como Secretário Municipal da Cultura, porque o Epahc está na Cultura. Um servidor público não pode colocar acima da lei sua visão estética, sua visão de mundo; ele tem que obedecer a lei. Isso é fundamental, meu colega Ver. Oliboni. Nós que tratamos, muitas vezes, de temas gerais da Cidade, nos defrontamos exatamente com essas questões. Por isso que nós temos que dialogar entre nós aqui, que temos visões comuns sobre vários temas, como ficou evidente na fala do Ver. Matheus, na fala do Ver. Camozzato, e, repetindo aqui o Carlos Drummond de Andrade, que diz exatamente o seguinte: dialogar é dizer o que pensamos e suportar o que os outros pensam. Nós não podemos querer que só a nossa voz seja ouvida. Se o secretário me dissesse: “Não, a política da Secretaria é Y, o senhor está teimando na X”. Bom, quem ganhou a eleição foi este Governo com esta composição. Mas, se for uma questão de legislação, Barbosa, nós temos que tratar da questão da legislação. Nós queremos ser parceiros dos secretários - e daqueles com quem falei até este momento, a abertura é impressionante, é altamente positiva -, de nós levarmos questões. Vou concluir com esta questão do trabalho, Ver. Oliboni. Não nos faltarão forças para trabalhar pela Cidade. Quando tiver que denunciar, a gente denuncia, Ver. Roberto Robaina. Nós temos problemas que nós vamos tratar e não vamos tratar aqui. Se eu assinar uma CPI, e, no caso, eu assino esta CPI, não é oposição. CPI não pode ser oposição, CPI tem que ser investigação. Eu, se eu fosse Secretário, e alguém quisesse, na época, investigar o que eu fiz, eu faria muita questão, porque daí ficaria mais evidente o trabalho que eu fiz. Agora, quem faz mal, bom, problema, faz mal. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM: Boa tarde, saudando a Presidência da Casa, eu gostaria de saudar todas as bancadas presentes, as colegas Vereadoras e os colegas Vereadores; é a primeira vez que eu me pronuncio na Casa. Eu queria, em primeiro lugar, agradecer, na minha caminhada, apresentando-me aos colegas, deixando claro que eu, também como o Ver. Cassiá, vim lá da fronteira, sou de São Borja; tenho uma trajetória que passa pelo colégio interno da Escola Técnica de Agropecuária. Eu sempre fui uma pessoa voltada para as áreas sociais, há 20 anos represento uma rede de ação social que não poderia deixar de citar aqui, que é a Malucos do Bem, uma rede de ação social que, sem nenhum real público, sempre trabalhou projetos e ações de interesse público. Meu agradecimento a essa rede de ação social que tem mais de 200 voluntários e que foi, na realidade, a mola propulsora que me colocou aqui, neste momento. Então, deixo um agradecimento especial a todas as pessoas que fazem parte dessa jornada.

Nessa luta, vejo colegas Vereadores que, há muitos anos, militam em áreas de políticas públicas, pude participar do primeiro Conselho Estadual de Políticas

Públicas de Juventude – na época o Carús também fazia parte –, e lá a gente desenvolveu uma série de trabalhos, palestras contra drogas, gravidez precoce, DST-Aids, foi um aprendizado muito grande. Entrei na carreira política há muitos anos, pelas mãos do falecido Mário Covas, e tenho que reconhecer essa trajetória. Abandonei minha carreira de formação, o Direito, para estudar e me formar em Gestão Pública, fazer a minha especialização, minha pós-graduação nessa área por ser um apaixonado pelo tema. Eu quero deixar claro, neste meu primeiro pronunciamento, para os colegas – eu tenho ido a alguns debates e inclusive encontrado o colega Maroni, sobre a questão da SEDA –, quero clarear, desde o início, o seguinte: eu não sou da base do Governo, eu sou Governo! Com orgulho, acredito no projeto do Prefeito Nelson Marchezan, acredito na boa intenção e no trabalho, no esforço que tem sido feito. Todos sabemos que a situação realmente é difícil, não vamos levantar aqui apenas questões financeiras, mas uma estrutura pesada e burocrática que não visa, na realidade, ou de uma maneira tão eficaz, ao que é o mais importante: o serviço público. Estarei aqui buscando a melhoria desse serviço público, representando as comunidades. Não posso deixar de reconhecer que comecei a atuar na Zona Leste da Cidade, na região da Vila dos Herdeiros, Cafunchos, Morro dos Índios, Santa Paula, Lomba do Pinheiro, Agronomia - aqueles lados, e quero agradecer pelo reconhecimento, nesses locais, onde a gente teve um grande resultado as pessoas enxergaram em mim alguém que poderia estar aqui para lutar por valores éticos, pouco se fala em ética, e morais, mas vou defender aqui, sim, uma atuação contra o populismo. Gostaria de aproveitar o ensejo, o Ver. Adeli acabou de falar, antes que os colegas Vereadores procurem um espaço midiático que conquiste apenas de maneira populista, o foco ser apenas o voto dos descontentes ou desinformados, que a gente procure o Poder Executivo, como Vereadores desta Casa. O Ver. Adeli deixou muito claro que está tratando com os secretários municipais. Quero citar o Vereador e Secretário de Desenvolvimento Econômico, Ricardo Gomes, que antes dos Vereadores fazerem esse caminho de confronto, que procurem o Prefeito, os secretários, para virarmos essa página do populismo que é tão ruim! Tenho amigos e respeito a todos aqui. Sei da tarefa da oposição e respeito, desde que ela seja construtiva. Muito obrigado pela oportunidade. Espero aprender e contribuir com os senhores.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, nessa primeira Sessão Ordinária deste ano, quero desejar a todos meus colegas um grande mandato, uma grande legislatura, tenho certeza que cada um de vocês têm vontade de ajudar a cidade de Porto Alegre. Acho que é assim que tomamos as nossas decisões aqui para que a nossa população e nosso Município, tenham a melhor qualidade de vida. O cidadão quer ter um pouquinho mais de facilidade.

Quero aproveitar a presença do Secretário de Desenvolvimento para fazer uma constatação. Eu estive no Centro hoje e tenho certeza de que, tanto o Secretário Ricardo, quanto o Prefeito Marchezan, quanto à cidade de Porto Alegre, esperam uma solução para aquele comércio ridículo que está instalado nas ruas. Aqueles senhores haitianos que estão lá não vieram para cá com o fim humanitário – isso em todo o mundo existe uma organização enorme que manda esse pessoal haitiano, senegaleses, para venderem quinquilharias ilegais, irregulares, fazendo concorrência com o comércio instalado. Então, esse negócio de peninha, não! Muitos deles estavam trabalhando em empresas constituídas; pediram demissão e estão na Av. Assis Brasil, na Rua da Praia, no Largo Glênio Peres, vendendo produtos irregulares – nem vou dizer ilegais, mas são irregulares; no descaminho, muitos deles. Isto é crime! Eu tenho certeza de que, tanto o Secretário Ricardo, quanto o Prefeito Marchezan, vão tomar providências quanto a isso. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto que eu queria falar aqui - o Ver. Adeli Sell tocou no assunto, do alvará. O que está acontecendo com o alvará para empresas de Porto Alegre? Vou repetir mais uma vez. Eu fiz isso, e vieram todos ao meu gabinete a Endeavor, o Sebrae e a Junta Comercial - e as estatísticas que eles dão para os jornais é que demorava 300 dias para abrir uma empresa em Porto Alegre. O que é uma grande mentira! A Junta Comercial tem uma eficiência: em dois ou três dias está pronto. Você registra uma empresa na Junta Comercial, se tinha o alvará na hora e o alvará provisório – é verdade que depois veio o problema do PPCI, aquela lei desastrada do Adão Villaverde, que não foi ele, acho que foi um assessor que fez isso para ferrar os empresários. Aquilo deu uma atrasadinha, mas depois que a Endeavor veio, e elas vieram explicar que não iria demorar; pois piorou. Depois que vieram ao meu Gabinete, piorou. Agora se liga para lá e demora 30 dias para marcar para marcar para ir lá pedir o alvará – 30 dias! Aquilo que nós já tínhamos, que era uma conquista de ter o alvará na hora; a pessoa ia lá na SMIC, sentava na frente do computador, do servidor da SMIC, se tivesse todos os documentos, ele saía com o alvará na hora. E agora, tem que ligar para lá, porque a Endeavor vendeu a ideia – essa é uma OSCIP americana paga por três ou quatro empresários daqui – um dia vou fazer o nome deles - para fazer o tal da Sala do Empreendedor. E aquilo só tranca! Então, quem quer renovar o alvará de uma simples lancheria ou um salão de beleza, uma coisa simples que está trabalhando, que era na hora, ele não precisava nem ir ao contador para fazer a renovação do alvará; agora tem que ligar, fazer um agendamento, agora estão marcando para o dia 9 de março. Para o dia 9 de março, fazer o alvará. Imaginem só, onde estamos? Veio uma OSCIP americana, Endeavor, que se associou ao Sebrae para desburocratizar. Atenção! O Sebrae foi criado para desburocratizar. Agora é mais uma instância...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

O SR. IDENIR CECCHIM: ...Obrigado, Presidente, só para completar, mais uma instância par trancar. Tenho certeza, a sala do empreendedor não funcionou, e não é pecado voltar atrás. Aquele papo de blá-blá-blá, simplificar, fazer tudo numa mesma sala, o alvará e etc., é papo-furado. Não tem capacidade para fazer, não fizeram todo esse tempo, vieram no meu gabinete para quase reclamar do meu discurso porque os chamei de “exu tranca rua”. Então, agora são “exu tranca rua”, sim, senhores.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver^a. Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa tarde a todos e a todas, quero, nesta primeira Sessão do ano de 2017, que começa num cenário econômico bastante complicado, numa crise que se acentua e, ao mesmo tempo, com um arrocho salarial brutal sobre o conjunto da classe trabalhadora e um desemprego recorde que nós vivemos no País, falar das nossas responsabilidades como oposição aqui na Câmara Municipal de Porto Alegre, sobretudo fora da Câmara, para lutar pelos projetos e pelas demandas que melhorem a vida do povo, que ajudem a resolver essa situação de deterioração, de cortes de verbas nas áreas sociais, de desmonte dos serviços públicos que, lamentavelmente, têm sido um verdadeiro austericídio imposto pelos governos, na esfera federal, com o governo ilegítimo do Temer, aqui na Assembleia, com o Governo Sartori, que, na semana que vem, vai montar o calendário para a votação do pacote que ataca os direitos dos trabalhadores e que agora também quer incluir no pacote da renegociação perversa da dívida, tendo inclusive o Banrisul como moeda de troca para mais uma privatização. Nós estaremos juntos com os colegas bancários e tenho a convicção de que falo em nome da oposição, do PSOL e do PT, em defesa do banco público e em defesa das nossas estatais. E é por essa responsabilidade, esse grau fundamental que a oposição tem aqui na Câmara Municipal, que nós temos debates profundos a tratar neste ano na nossa Legislatura. O primeiro deles tem a ver com a situação econômica do Município. Nós estamos vendo uma verdadeira guerra de informações entre a equipe econômica do Governo atual e a equipe econômica do Governo anterior, muito embora vários partidos sigam no Governo Marchezan e já compunham o Governo do Fortunati. Nós temos uma guerra de informações que envolve milhões de reais, no mínimo R\$ 322 milhões, e, ao mesmo tempo, um discurso de uma verdadeira catástrofe nas contas municipais, inclusive colocando como se fossem maiores que a crise estrutural que nós vivemos no Estado do Rio Grande do Sul, o que, na verdade, é uma tentativa de fazer um discurso no sentido de atacar os direitos dos servidores públicos municipais com o parcelamento dos salários, o corte nas áreas sociais. E nós, obviamente, não só não aceitaremos como vamos investigar a fundo a questão econômica do Município.

Eu quero agradecer a todas as lideranças, Presidente, que, na reunião de Mesa e Lideranças, priorizaram a nossa convocação, da oposição, do Secretário atual da

Secretaria da Fazenda e do ex-secretário, para que haja um debate público, transparente, como a Câmara de Vereadores deve fazer, para o conjunto dos Vereadores, mas sobretudo para o conjunto da sociedade, sobre a questão das finanças municipais. Segunda-feira, vai à votação o nosso requerimento, e nós temos a convicção de que vai ser aprovado por unanimidade. O secretário passado já falou no ar, num debate em que nós estávamos, que se comprometia a vir. Nós não temos dúvida de que a equipe atual também fará questão de vir à Câmara de Vereadores, e nós, obviamente, faremos todas as intervenções, perguntas e análises necessárias para que o povo não pague a conta dessa crise.

Por fim, para nós é muito importante a iniciativa que o Ver. Roberto Robaina teve de apresentar um requerimento para que haja investigação na questão do DEP. Inclusive, nós achamos falta nas intervenções, Vereador, de outros partidos, sobre a sua importante iniciativa. Nós temos um escândalo de corrupção que totaliza no mínimo R\$ 5 milhões, com superfaturamento das obras feitas em bueiros em determinadas ruas. Uma jornalista colocou que eram listados 140 bueiros, quando na rua havia apenas dez bueiros, e os cofres públicos pagaram por esses bueiros a mais numa cidade em que, quando chove, alaga de uma maneira brutal, e, por outro lado, com recursos que poderiam estar na assistência, na saúde, na melhora dos serviços públicos. Mais do que isso, um incêndio criminoso comprometeu os arquivos, justamente os que tinham os contratos das duas empresas envolvidas nessa questão do superfaturamento.

Mais do que isso, um dos responsáveis pelo DEP era também um dos que esteve na FASC anteriormente num escândalo muito parecido envolvendo recursos públicos de serviços que eram pagos com um número “x” de funcionários, e menos da metade prestava o serviço, e mais uma forma lamentável de superfaturamento e de roubo dos recursos públicos. O ano passado estourou essa investigação; nós não apresentamos o pedido de CPI no ano passado, embora o Ver. Engº Comassetto tenha apresentado, e nós tenhamos assinado, mas a investigação se desdobrou. E os tempos da política não são os tempos da Justiça, nós apoiamos a iniciativa da Justiça, da Polícia Civil, do Ministério Público de Contas nessa investigação e em todas as outras que tratem de corrupção no Município e no País.

Agora, nós achamos que a Câmara de Vereadores não só tem o direito de investigar como tem o dever constitucional de investigar. A política do toma lá dá cá, da base aliada, dos cargos para que não haja investigação é a expressão da velha política carcomida que levou a dezenas de escândalo de corrupção no Brasil. Nós esperamos que a nova legislatura seja diferente, nós esperamos contar com a assinatura dos novos Vereadores e Vereadoras para que cumpramos o nosso dever de investigação.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Comunicações.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, colegas Vereadoras – quero fazer aqui uma saudação especial às colegas Vereadoras, são poucas, mas valorosas; colegas Vereadores, nós temos que apontar os problemas cruciais da Cidade. Nós sabemos que há problemas em cada canto da Cidade, no entanto, há algumas questões pontuais. Eu acho, Ver. Janta, que a situação dos ônibus em Porto Alegre é periclitante – para usar uma palavra à moda antiga: periclitante! Quando chega o verão, eles fazem um teste com todos os cacos velhos que têm dentro das garagens, fazem o horário que querem, Ver. Freitas, agora, não ter uma parada de ônibus na frente do hospital lá na Vila Nova é inaceitável. As pessoas estão doentes, com problemas de locomoção, com dificuldades, Ver. André Carús, como não se pensa em fazer uma parada na frente? Estamos tendo outro problema, Ver. Valter Nagelstein, gostaria que o senhor que passa todos os dias, praticamente, por ali verificasse se condiz com o que me disseram ontem, sobre o deslocamento que as pessoas têm que fazer da parada da Av. Protásio Alves para adentrar, agora, ao Hospital de Clínicas, por causa da obra. Eu não pude verificar de ontem até hoje, mas como foi dito aqui, eu acho que nós temos que fazer uma Câmara colaborativa, o que for um problema para a Cidade tem que ser um problema de todos os Vereadores. Então eu acho que a questão das paradas próximas a hospitais, com abrigo adequado, Ver. Roberto Robaina, não pode ser uma demanda do Adeli, tem que ser uma demanda dos 36 Vereadores, da Cidade. Alguma coisa está mal pensada, está mal elaborada, ou tem uma parada de ônibus na frente de um hospital ou não tem sensibilidade da gestão municipal de transporte, locomoção, acessibilidade, Ver. Cassiá Carpes, não é isso? Não temos que pensar nisso conjuntamente, coletivamente? Essa é que é a questão. Outra questão, o pessoal que circula para a Zona Sul, peguem a Vicente Monteggia, tantas vezes badalada e prometida a sua ampliação. Perto do Motel Manhattan tem uma aguada que as pessoas não conseguem cruzar de um lado para o outro da rua, muito menos passar na calçada sem ficarem sujas, enlameadas, não com água, mas

esgoto que corre a céu aberto! São essas coisas. Como disse anteriormente, é claro que nós temos um problema de desemprego gritante. Nos últimos três meses, houve um aumento do desemprego impressionante no País, de outubro para cá, tremendo, então as pessoas buscam alternativas, agora, privatizar o espaço público como está sendo feito em Porto Alegre... O sujeito pode ter necessidade e vender alguma coisa que seja legal, agora, é um caso de polícia, ou não é um caso de polícia, o cara pegar uma televisão, em plena Rua da Praia, com microfone a todo volume – que as pessoas que estão dentro das lojas não conseguem trabalhar –, e vender gato de TV a cabo? Essa é a pergunta. Não é que o cara precise trabalhar. Trabalhar o quê? Se o cara está traficando, é crime. Vender produtos não licenciados dessa magnitude não é crime? É isso que coloco. Não é o caso de alguém que vende um produto feito, um produto legalizado, por necessidade.

Então, nós temos que atacar aquilo que está errado, e é isso que venho fazendo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. André Carús está com a palavra em Comunicações.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, saudando todos os colegas pelo início das Sessões Ordinárias, pelo início oficial do ano legislativo 2017. Quero dividir este espaço falando sobre dois temas de grande relevância para o cidadão de Porto Alegre e fazer uma reflexão sobre as medidas não aplicadas, mas até o momento anunciadas pela Prefeitura Municipal.

E o primeiro tema que trago foi inclusive capa do Jornal Metro de ontem, que fala que o IPTU subirá com a revisão do valor venal dos imóveis. No corpo do mesmo jornal, o valor venal de imóveis será revisto após 25 anos. O corolário desse tarifário tributário que se anuncia é a justiça tributária, mas não é bem assim, até porque a prática tem que guardar uma certa coerência com aquilo que foi dito na campanha eleitoral. E não acredito ser a opção mais adequada o aumento de impostos para que se garanta um incremento na receita do Município. Existem muitas alternativas que inclusive, preliminarmente, já foram aprovadas nesta Casa. A primeira etapa da reforma administrativa, que aprovamos na Sessão Extraordinária do dia 2 de janeiro, criou e extinguiu uma série de órgãos da Administração Municipal. E nós aguardamos com enorme expectativa que a segunda etapa da reforma administrativa, que em noventa dias deve estar aqui nesta Casa, faça a apresentação concreta do que se reduziu de recursos e qual a economia real para os cofres públicos da redução de secretarias que nós aprovamos. E sempre é bom lembrar: o nosso mandato, que caminha com independência na Bancada do PMDB, votou favorável. Então, por isso, entendo que a segunda etapa deva, concretamente, apresentar esses dados. E já antecipo: qualquer projeto que seja encaminhado daqui a alguns meses, no final do ano, que fale em aumento de impostos, terá o meu voto contrário. Não é o aumento de impostos que vai tirar a crise econômica que estamos enfrentando. E essa não é uma crise, não vamos aqui entrar no mérito se é o governo anterior que deve responder por ela, se é o Governo atual que sofre com ela, não vou entrar nesse mérito, mas entendo não adequado esse aumento de impostos que foi já anunciado que possa ocorrer.

O segundo ponto é a questão do transporte coletivo, que quero aqui trazer ao debate. A crise econômica penaliza naturalmente as camadas mais necessitadas, aquelas pessoas que vivem em comunidades de baixa renda, muitas delas sofrendo inclusive com o drama do desemprego, ou o trabalhador que tem o poder aquisitivo reduzido frente à crise e tem, muitas vezes, dificuldade até de deslocar ao seu local de trabalho. E se anuncia e já foi apresentada, inclusive, por parte das empresas, uma proposta de reajuste para R\$ 4,30 da tarifa dos ônibus em Porto Alegre.

É bem verdade que a Prefeitura, tecnicamente, tem dito que a passagem pode ser reajustada em torno de R\$ 3,95 a R\$ 4,05.

Mas eu vou deixar aqui um desafio para que o Prefeito faça uma reflexão: quem sabe ele não envia aqui para a Casa de volta a revisão da isenção do ISSQN para as empresas e não reajusta a passagem dos ônibus? Isso seria um desafio, as empresas de ônibus tendo o ISSQN isentado e agora ainda querem reajuste? É no bolso do cidadão que vai arder a crise do Município? Nós vamos aumentar o IPTU, vamos aumentar a passagem de ônibus?

Então, eu deixo aqui essa reflexão, quem sabe a gente revisa, a partir de uma iniciativa do Poder Executivo, que tem essa prerrogativa, a isenção do ISSQN para as empresas de ônibus? E o Tribunal de Contas acompanhou todo o processo da licitação que hoje vigora no Município em relação ao transporte coletivo. Então não é a primeira vez da participação do Tribunal de Contas nesse tema, ele já vem acompanhando. Então, ficam aqui esses dois temas para a nossa reflexão.

Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra em Comunicações.

O SR. CASSIÁ CARPES: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, quero saudar todos neste ano que está começando. Muitos são meus ex-colegas, outros são mais jovens, outros são mais experientes. Quero saudar o Matheus, que chega aqui com essa esperança muito importante para todos nós, com a sua juventude, com a sua vontade de mudar as coisas, mas não basta ser novo; temos que ter ideias novas. Não é a idade que qualifica se alguém é novo ou velho. Isso é bom aprender, até porque às vezes um partido nasce rapidamente, vem aqui e faz as mesmas coisas que os mais antigos fizeram. Aí não dá, tem que fazer coisas diferentes, tem que oxigenar.

Quero dizer, nesse debate, que eu acho que nós vamos ter um ano muito difícil, de grandes debates, e um deles vai começar na CEFOR, no dia 21 de fevereiro.

Pegando esse balanço das finanças públicas de 2015, aqui diz que em 2015 houve um resultado positivo de R\$ 231 milhões. Mas como é que a Prefeitura chegou a esse rombo em um ano? É isso que nós temos que apurar. Esse é o trabalho dos Vereadores. Nós esperamos que, ao fazermos essa audiência pública, possamos saber o que realmente foi executado. Porque dessas peças orçamentárias, o que vale é o que foi executado durante o ano. É isso o que importa para a sociedade no dia a dia. Eu lembro, como Deputado, no Governo anterior, em alguns momentos, Ver. Janta, quando tinha que aplicar 12% na Educação, camufladamente, colocava o IPE e a Corsan para completar os 12%, até que no último ano se conseguiu colocar 12% sem o IPE e sem a Corsan. Era uma camuflagem.

Além disso, o que chama atenção é que este relatório aqui foi assinado e feito pelo Secretário da Fazenda anterior. Por que eu digo anterior? Porque, no meio do ano de 2016, trocou o Secretário da Fazenda, Ver. Adeli. E isso também me incomoda. Quando nós fizermos essa audiência pública que vai analisar e avaliar o cumprimento das metas fiscais do terceiro quadrimestre, portanto dos quatro últimos meses do ano de 2016, nós poderemos entender esta matemática de que tinha um superávit em 2015 de R\$ 231,2 milhões e atualmente terminou com um rombo de mais de um bi. Esta é uma curiosidade que temos e queremos saber. Quem sabe podemos convocar os três Secretários: o atual e os dois últimos da outra administração, para que possamos entender este processo, porque precisamos saber o que foi executado na saúde, na segurança, na educação, e assim por diante.

Quero aproveitar e dizer que a Cidade, Adeli, estava feia e continua feia. Não vamos tapar o sol com a peneira. Ela estava feia e continua feia. Este Governo assumiu há um mês, e ainda faltam os Diretores da SMOV, da SMIC, da SMURB, do DEP, do DMAE, e assim sucessivamente. São estes que vão fazer o dia a dia da Cidade. Eu senti aqui que nós não devemos nos preocupar com o corporativismo. Esta Casa não pode ter corporativismo. A questão coletiva, sim, mas o corporativismo, não. São coisas diferentes, Ver. Adeli, para que nós possamos cuidar melhor da Cidade. A experiência, como eu tenho e vocês também – a maioria que eu noto aqui são experientes –, nos diz que não é a quantidade de projetos que nós apresentamos que vai nos qualificar. Nós temos que cuidar melhor da nossa Cidade. Isto vale muito mais, Adeli, do que projetos, às vezes, até inconstitucionais. Por exemplo: proibir briga de galo de rinha. Eu era criança, e o Jânio Quadros já tinha proibido a briga de galos aqui no Brasil. Nós temos que parar com isso. Nós temos que olhar para a Cidade.

O Ver. Adeli Sell: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Só para dizer que nós continuamos nesse diálogo, porque é uma questão comum a todos os Vereadores, não só a um Vereador.

O SR. CASSIÁ CARPES: Exatamente. Quero dizer que nós estamos aqui com muita vontade de, coletivamente, fazermos uma Câmara importante, uma Câmara que represente a sociedade porto-alegrense. O Prefeito precisa, sim. Não conversei com ele nenhuma vez depois das eleições, mas vou conversar; e peço que vocês conversem para que possamos entender o que será feito. Nós queremos ajudar, tenho certeza de que é isso que os Vereadores querem. Já mostramos isso na votação, aqui, da reforma administrativa. ara concluir, Presidente, Ver.^a Fernanda Melchionna, quero dizer que estamos juntos nessa questão do Bannisul. Essa não é uma questão de esquerda ou de direita, é uma questão de um banco valioso, que lá no Interior - muita gente não entende - financia o pequeno, o micro, o médio empresário. Se não tiver o Bannisul, não tem como...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Valter Nagelstein assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra em Comunicações.

O SR. CASSIO TROGILDO: Sr. Presidente dos trabalhos, nosso 1º Vice-Presidente da Casa, Ver. Valter Nagelstein; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores. Primeiramente, quero fazer uma saudação muito especial a todas as senhoras e senhores Vereadores pela retomada do ano legislativo, nossa primeira Sessão Ordinária. Tivemos um ano atípico, Ver. Camozzato, iniciamos com uma Sessão Extraordinária no primeiro dia útil do ano. Na verdade, Ver. Professor Wambert, hoje estamos retomando os trabalhos numa Sessão Ordinária.

Quero saudar o Ver. Matheus Ayres por ter assumido aqui na condição de Vereador; quero dizer também que entendo, Ver. Matheus Ayres, que temos um erro a ser corrigido no Regimento, que é a falta de oportunidade do Vereador poder assumir durante o recesso. Acho que é uma das coisas que precisamos revisar no nosso Regimento. Na Assembleia Legislativa não funciona assim, o senhor poderia ter assumido assim que o Vereador Ramiro se licenciou, ter dado encaminhamento à sua vida legislativa, aos seus projetos e tudo mais. Acho que, Vereador Robaina, é uma das correções que precisamos fazer no nosso Regimento. Gostaria de dizer que a Mesa Diretora, logicamente, não paralisou seus trabalhos, não fizemos reuniões durante o recesso parlamentar, mas a Casa continuou com sua vida administrativa e, hoje pela manhã, às 9 horas, empossamos um novo Procurador concursado, de carreira, completando o quadro de quatro procuradores que temos nesta Casa, e empossamos uma nova bibliotecária, pesquisadora, que também completa o quadro técnico da nossa Biblioteca da Câmara Municipal de Vereadores. Queria dizer, Vereador Valter, que, hoje pela manhã, fizemos alguns encaminhamentos na nossa reunião de Mesa e, logo depois, tivemos a reunião de Líderes, como é tradicional nas quintas-feiras, mas, como amanhã é feriado, excepcionalmente, nesta semana, tivemos nesta quarta. Algumas deliberações já foram tomadas na Mesa Diretora, e vários projetos foram priorizados na Ordem do Dia, e, a partir de segunda e na quinta-feira, teremos muitos projetos sendo debatidos, votados, aprovados ou, talvez, rejeitados aqui nesta Casa, cumprindo uma das tarefas deste Parlamento; não só deste Parlamento, Vereador Medina, mas de todos os parlamentos de nosso País. Nós temos atribuição constitucional, e aí não é só a Câmara de Porto Alegre, todos os nossos parlamentos têm uma atribuição que é a de legislar, que normalmente é a atribuição que fazemos aqui no Plenário, por meio de nossas iniciativas, das iniciativas de cada uma das Senhoras e dos Senhores Vereadores. Mas também é atribuição constitucional dos parlamentos - e não é diferente na Câmara de Porto Alegre, Vereadora Comandante Nádia -, a discussão e o debate dos Projetos e a fiscalização. E nenhuma dessas atribuições, no meu entendimento, é mais ou menos importante do que a outra. Logicamente, quando, muitas vezes, nos avaliam, o fazem pelo número de proposições que apresentamos. No meu entendimento, essa é uma forma incompleta de avaliar o trabalho do Vereador. Nós, nesta tarde, não vamos

aprovar nenhum Projeto, porque não tem Ordem do Dia, mas todo o trabalho que aqui foi realizado, por meio das manifestações de lideranças, do período de Comunicações, do Grande Expediente, que veio logo em seguida, ou da discussão preliminar de Pauta, que faz parte do processo legislativo, têm a sua devida importância. E quero dizer aos senhores e senhoras Vereadores, em especial da Mesa Diretora deste ano, o Ver. Valter Nagelstein, nosso Vice-Presidente; Ver. Cláudio Janta, nosso 2º Vice-Presidente; Ver. Mauro Pinheiro, nosso 1º Secretário; o Sr. João Carlos Nedel, nosso 2º Secretário, e o Ver. Prof. Alex Fraga, nosso 3º Secretário. E vou propor, Ver. Valter, na próxima Reunião de Mesa, que nós estabeleçamos um planejamento estratégico na Câmara de Vereadores para os próximos quatro anos. Que, ao longo, talvez, deste ano, acho que é bem difícil fazer um planejamento estratégico em menos de um ano. Na Legislatura passada, foi meu primeiro mandato, houve uma tentativa de buscá-lo; tivemos um planejamento de ações, Ver. Dr. Thiago, fui Presidente, mas não conseguimos ter um planejamento estratégico da Câmara. Então, vou propor, na próxima Reunião de Mesa, depois vamos submeter ao Colégio de Líderes, estabelecendo uma forma de termos uma gestão mais encadeada ainda, para que nós tenhamos, então, em função do nosso mandato de Mesa, Ver. Carús, que é anual, que tenhamos uma gestão encadeada. Logicamente, sem fazer nenhuma amarra, nenhum engessamento das próximas Mesas Diretoras. Mas algumas ações, principalmente, aquelas que envolvem questões estruturais da Câmara, se não forem devidamente planejadas, com o tempo, serão impossíveis de serem executadas. Rapidamente, vou citar dois exemplos: a própria reforma do Plenário Otávio Rocha, se não tivesse sido planejada com dois anos de antecedência, nós não teríamos conseguido realizar no ano passado; a troca do nosso sistema de ar-condicionado, que iniciou com o Ver. Dr. Thiago, neste ano, teremos a conclusão desse trabalho. Então, sucesso a todos, um bom ano, uma boa Legislatura, e um bom primeiro ano de mandato para quem está chegando. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Presidente Cassio Trogildo, agradeço as suas palavras e me somo ao grande sucesso da sua gestão, mais uma vez, desejando-lhe também um bom ano Legislativo bem como a todos os Vereadores e Vereadoras aqui e aos cidadãos que vêm a nossa Câmara de Vereadores.

O Ver. Prof. Alex está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo da Ver.^a Fernanda Melchionna.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde, senhoras e senhores que acompanham os nossos trabalhos na tarde de hoje - a primeira Sessão da nova Legislatura. Eu gostaria de fazer uma saudação especial a todos os Vereadores que estão assumindo pela primeira vez o seu mandato, colocar-nos à disposição para eventuais dúvidas. Há dois anos, quando assumi a titularidade do mandato, eu percebi alguma dificuldade em trabalhar, mas, graças à ajuda da Ver.^a Fernanda Melchionna e do agora

Deputado Estadual Pedro Ruas, tive bons professores e bons instrutores e coloco-me à disposição de vocês para o que puder ajudar.

O tempo é curto, e há muitos assuntos a falar. Eu gostaria, inicialmente, de colocar a minha preocupação com relação a um projeto de lei de minha autoria que nós aprovamos ainda no final de 2015 e que entraria em vigência a partir de 1º de janeiro deste ano, o qual foi assinado também pela Ver.^a Fernanda Melchionna, que determina a liberação das crianças de zero a seis anos de precisarem fazer aquela manobra por baixo da roleta, da catraca dos ônibus, para andarem no transporte coletivo da nossa Cidade. Além de ser uma manobra perigosa, que pode, eventualmente, no balançar do coletivo, levar uma criança a alguma lesão, é também uma situação de humilhação, porque obrigar uma criança até seis anos a rastejar como um verme no chão para usar o transporte, que vai levá-la a uma escola, que vai fazê-la se deslocar dentro da Cidade, é degradante. Essa lei está aprovada, essa lei não traz custos à Prefeitura Municipal, de modo algum, tanto que há liberdade para que a EPTC determine qual é a melhor forma de vigência dessa lei. A lei é pura e simples e só diz que as crianças ficam liberadas dessa manobra, ficam liberadas de passar através da roleta. Podem embarcar e desembarcar pela mesma porta, pode ser confeccionado um cartão semelhante ao Tri, semelhante ao Escolar, que simplesmente libera a roleta para que elas não precisem se submeter a essa humilhação. Portanto, espero que a EPTC já pense como efetivar essa lei, colocá-la em vigência para que as nossas crianças tenham segurança e dignidade de utilização do transporte público da nossa Cidade.

Num segundo momento, gostaria de ressaltar alguns aspectos do que já foi citado anteriormente nesta tribuna em comunicações de lideranças e outras manifestações.

Com relação à proposição do Ver. Roberto Robaina para a abertura de uma CPI, eu ousou mencionar que, no ano passado, o Ver. Engº Comassetto propôs a abertura de uma CPI para investigar os desvios no DEP e o mau uso dos recursos públicos. Ele foi criticado porque era ano eleitoral, não iriam assinar porque não daria em nada, porque era palanque. Mas agora não estamos em ano eleitoral, estamos no início de uma nova Legislatura. Por conta disso, chamo todos os Vereadores desta Casa à sua obrigação constitucional de fiscalizar os atos do Executivo. Houve descaminhos do dinheiro público na nossa Cidade? É, sim, nossa obrigação de colaborarmos de todas as formas possíveis para que esse dinheiro volte para os cofres do nosso Município e sirva à nossa população.

Sobre o novo ano letivo que se aproxima, como professor da rede municipal, fico extremamente preocupado com relação ao grande número de professores municipais desta Cidade. Senhoras e senhores, estamos às vésperas do ano letivo e o funcionalismo público como um todo, mas em especial a categoria que eu represento aqui nesta tribuna, os professores, estão apavorados com as ameaças de parcelamento do salário...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

O SR. PROF. ALEX FRAGA: ...Trabalhar nessas condições é terrível! Já são insalubres as atuais condições que os professores enfrentam dentro das escolas municipais. Caso os Vereadores não conheçam a nossa realidade, a maioria das escolas estão situadas em zonas de conflito por tráfico de drogas, regiões de extrema vulnerabilidade social, a pressão psicológica a que são submetidos os professores e os demais trabalhadores já é terrível. Agora, nós não precisamos e não merecemos um Prefeito que ameace com parcelamento do salário! Não podemos aceitar isso! Portanto, uso o espaço da tribuna para denunciar essa ameaça. Isso é assédio moral! E nós não aceitaremos. Uma boa-tarde.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra em Comunicações.

O SR. JOÃO BOSCO VAZ: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, estamos retomando os nossos trabalhos. Sejam bem-vindos, os novos colegas, esta é uma Casa difícil, do contraditório, mas tem espaço para todos os segmentos, para o diálogo, para a troca de ideias, para discussões e, de vez em quando, até discussões mais acaloradas. Eu estava brincando, mas estava falando sério, fora da tribuna, quando eu vejo que o Ver. Adeli se tornou, justamente, no fiscal da Cidade, que é o trabalho que o Vereador precisa fazer: fiscalizar. Agora, querer uma cidade que não tenha buraco, uma cidade que não falte vaga na creche, que não tenha lixo nas ruas, eu só conheço uma cidade, que é a Cidade Viva, aquela que o PT botava na programação da televisão todo o tempo. É verdade! Durante 16 anos, vocês enganaram com aquela propaganda.

Obviamente, o que eu repito sempre aqui: nenhum prefeito faz 100%. O PT fez coisas boas em Porto Alegre? Muitas coisas boas! Mas tem coisas que o PT tentou fazer e não acertou. O Fogaça fez coisas boas em Porto Alegre? Muitas coisas boas; tem coisas que ele não acertou. O Fortunati fez coisas boas? Muitas. Tem coisas que não acertou! O Marchezan vai fazer coisas boas? Muitas coisas boas; e é provável que também não consiga fazer tudo. Porque é impossível isso. Então, eu estou indo para o quinto mandato consecutivo e é sinal de que o meu trabalho aqui na Câmara é reconhecido pela população, de vez em quando, eu ainda fico desiludido, desencantado com as discussões que se travam aqui nesta tribuna, uma discussão do bê-á-bá político, na verdade, temos coisas muito mais profundas para se discutir aqui. Por exemplo: o Prof. Alex falou agora que o Prefeito Marchezan está anunciando que, provavelmente, ele vá atrasar ou parcelar salários, a partir de março. Tem crise? Tem crise. Pegou o Estado, pegou os Municípios, pegou o Governo Federal. Agora não é justo que o funcionário público municipal pague por isso. Por que falo assim? Por que acabei de protocolar um projeto para ter uma discussão dentro desta Casa, o Prefeito pode atrasar,

pode pagar parcelado, agora enquanto não pagar integral o salário, o funcionário público não pode pagar a conta de água na data que está atrasada. Ele precisa pagar a conta quando ele receber totalmente o salário dele, e, quando ele for pagar a conta da água, não pode ter juros porque ele não recebe juros no salário dele. A mesma coisa em relação ao IPTU. Então essa é uma discussão, não porque eu tenha apresentado que tem a profundidade que nós precisamos discutir nesta Casa a situação do funcionário público. Estamos vendo no Estado os salários pagos parceladamente, e os funcionários estão tendo que pagar os seus impostos em dia e, se não pagarem em dia, pagam juros. Então, temos muitas ações aqui conjuntas que vamos discutir. Já falei que fui um dos Vereadores que mais votou com o PT aqui, não porque seja identificado com o PT, penso contrariamente ao que o PT pensa, mas quando a coisa é boa para a Cidade, voto e não há problema nenhum. Se o Marchezan apresentar coisas boas para a Cidade, vou votar, não faço oposição pela oposição, nem a crítica pela crítica. As pessoas que convivem comigo me conhecem, sabem da minha postura política aqui. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra em Comunicações.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Saúdo o nobre Presidente, neste momento presidindo os trabalhos, Ver. Valter Nagelstein; saúdo os demais Vereadores e Vereadoras, colegas, e dizer da minha alegria em retornar à Câmara de Vereadores. Já fui Vereador por três mandatos aqui, Ver. Nádia; tive a felicidade de me candidatar a Deputado Estadual no Governo Tarso Genro, quando três Deputados assumiram o secretariado e eu tive a felicidade de sair da Câmara de Vereadores para assumir a Assembleia Legislativa. Portanto, tive uma experiência bem atípica aqui, como aconteceu com outros Vereadores, como com o Ver. Pujol.

Eu retorno muito feliz, sabendo que nós que escolhemos a cidade de Porto Alegre, Ver. Adeli, para morar, para criar nossos filhos, queremos lutar pela Cidade. Não é por acaso que, quando andamos pela Cidade, as pessoas nos abordam e perguntam quando vão melhorar determinadas áreas, como, por exemplo, na questão do transporte coletivo, Ver.^a Melchionna. Nós tivemos, em média, nos últimos quatro meses, 720 assaltos no transporte coletivo de Porto Alegre: 180 assaltos por mês, uma média de oito assaltos por dia – isso no transporte coletivo. No transporte seletivo, os assaltos são em torno de 120 ao mês, de três a quatro por dia.

Aí, é claro, cabe a nós, Vereadores e Vereadoras, apresentarmos iniciativas que dialoguem com esse tema tão preocupante e inseguro com a Cidade, como é o caso de um projeto que eu apresentei, inclusive, há poucos dias, que institui o famoso botão do pânico, como já tem em São Paulo e no Rio de Janeiro, que vai utilizar o GPS, as câmeras, interligados com a área da segurança, e assim seus profissionais chegarem a tempo para prender essas pessoas que cometem os delitos no dia a dia da nossa Cidade, reduzindo a criminalidade. Eu ouvi, nesse período, inclusive, um delegado aqui de Porto

Alegre que dizia que já tinha identificado, Ver.^a Nádia, em torno de 200 pessoas suspeitas de assaltos. E onde elas estão? Estão soltas. Infelizmente, enquanto não houver ações importantes e propositivas, nós não teremos a redução do crime em nossa Cidade.

Eu poderia falar de outras iniciativas que foram importantes, de anos anteriores, como por exemplo, o fim do nepotismo, uma iniciativa deste Vereador, há mais de seis anos, graças a Deus, na época, aprovada por um acordo de bancada; o Portal Transparência, que hoje existe na Prefeitura, que já foi premiado, na época inclusive sancionado pelo Prefeitura Fogaça, o Portal Transparência que dá acesso à população para que acompanhe não somente os gastos da Câmara, como também quanto ganha o CC, quanto ganha o Vereador, onde ele gastou os recursos que tem por atribuição, como também os inúmeros problemas que acontecem tanto aqui como na Assembleia Legislativa, por exemplo, como se dá a licitação, ou por que a empresa muitas vezes está atrasada com os recursos, e ora acaba cedendo para as empresas em fazer um Termo de Ajuste de Conduta para elevar o valor dessas obras. Então, creio que iniciativas são as mais variadas possíveis, e tenho, com certeza, Ver.^a Nádia, a sensibilidade de perceber que o diálogo, como falou o Ver. Matheus, tem o poder de implementar e convencer os Vereadores, ao menos das proposições que transitam nesta Casa, para dialogarmos como já fizemos em muitas outras oportunidades.

A Ver.^a Comandante Nádia: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Muito obrigada pelo aparte, Vereador. Colaborando e colocando esta Câmara informada do que acontece, o Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Públicos de Transporte Urbano e Trânsito já existe, é uma realidade em Porto Alegre, há mais de cinco anos. E essa atividade que foi proposta, primeiramente pelo meu Batalhão, o 19º, Zona Leste de Porto Alegre, que o Vereador bem conhece, se estendeu a toda a Porto Alegre onde Brigada Militar, Polícia Civil, Guarda Municipal, EPTC e todos os consórcios de ônibus estão reunidos mensalmente fazendo exatamente a prevenção desses furtos e roubos que acontecem dentro dos coletivos – ônibus. Então já é uma atividade realizada e que teve, ao longo desses cinco anos, uma diminuição relevante no número de assaltos. Tínhamos, por exemplo, na Carris, num mês, 38 assaltos na Zona Leste, e diminuíram para dois a três no mês. Então é uma atividade que já acontece nos ônibus, é importante que os Vereadores e as Vereadoras da Casa, bem como a Mesa e as pessoas que acompanham esta Sessão Ordinária saibam e continuem fazendo com que isso aconteça, fazendo com que esse fórum aconteça. Muito obrigada.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Agradeço o aparte da Ver.^a Nádia, e, ao mesmo tempo, para finalizar, quero fazer um registro de extrema importância. Ontem nós acompanhamos, na Assembleia Legislativa, a posse do nobre Deputado Edegar Pretto, assumindo a presidência da Assembleia. Lá, naquela Casa, foi estabelecido um acordo muito importante para a democracia, ao contrário do que aconteceu aqui, na Câmara de Vereadores. Portanto, creio que todos nós temos que ter um certo cuidado, um cuidado de não só estabelecer um acordo, mas estabelecer e cumprir o Regimento,

porque ele nos dá atribuições importantes, onde cada bancada tem, sim, seus direitos garantidos, e não há necessidade de entrar na Justiça para ter esses direitos. Tem que haver bom senso, e espero que o nosso Presidente trabalhe muito nisso, para que todas as bancadas tenham o seu espaço e o seu direito garantido para oportunizar...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Ver. Oliboni. Quero saudar a presença da imprensa da Rádio Gaúcha que está atenta e vigilante para ver se nós, Vereadores, também estamos cumprindo a nossa parte. Felizmente nós temos cumprido, e tenho certeza de que esta Legislatura será toda assim.

(O Ver. Cláudio Janta assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra em Comunicações.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, meus distintos colegas, na semana passada, estive acompanhando um grupo de empresários do varejo de Porto Alegre que pediram uma audiência ao presidente do Sindilojas, e, como sempre, fomos muito bem atendidos no Sindilojas, porque preocupa a todos a situação de verdadeiro descalabro que, infelizmente, se estabeleceu na fiscalização do comércio ilegal de Porto Alegre. Vários Vereadores aqui já tiveram atuação nessa área. É fato que isso decorre, entre outras coisas, obviamente, de uma crise econômico-financeira muito aguda, que jogou as pessoas, por uma questão de necessidade, para aquilo que chamamos de empreendedorismo por necessidade. O comércio de gêneros alimentícios, por exemplo, no Centro de Porto Alegre, é algo que atenta, inclusive, contra a saúde pública. Nós já temos locais legais de comércio de hortifrutigranjeiros, como a Feira Modelo e o Mercado do Produtor, que são organizações exemplares, e na Praça Parobé. Esses lugares devem ser preservados. Então, nós vamos ter que fazer um esforço muito grande, todos os Vereadores, de ajudar o novo Governo para reestruturarmos essa questão da fiscalização e da retomada do comércio legal na Cidade. No Centro da Cidade, eu posso dizer na Azenha, na Assis Brasil e em vários locais de Porto Alegre, infelizmente, de novo, houve essa ocupação indevida dos espaços e a comercialização de todo o tipo de produtos e mercadorias que, na verdade, ofende aquele comerciante que é legal, aquele comerciante que se preocupou em se submeter a todo esse périplo, a esse verdadeiro rosário de penitência de nos submetermos aos processos de licenciamento que a Cidade tem.

Então nós vamos ter que olhar para isso com muito carinho e atenção. E acho que os Vereadores têm que estar muito cientes e conscientes dessa questão. E eu aproveito aqui para agradecer ao Presidente Paulo Kruse a agenda que fez. Hoje à tarde,

está havendo uma nova agenda com a Brigada Militar para dar continuidade a esse trabalho.

Quero aproveitar esses dois minutos e quarenta segundos aqui também para falar da reforma administrativa que nós aprovamos, o que eu tenho visto nesses primeiros dias, o que eu acho dessa minha experiência, no que erramos até agora e o que poderíamos corrigir, porque vamos tentar corrigir no início, é mais fácil. E eu espero e tenho certeza de que o Prefeito tem a humildade e a sensibilidade de poder nos ouvir para fazer aquilo que é melhor para a Cidade e aquilo que a população também espera dele. Eu vou falar das áreas de licenciamento. O Ver. Cecchim bem falou do problema absurdo criado com a Endeavor, que está jogando – volto a dizer – investimentos, empreendimentos para fora da Cidade. Isso significa menos emprego, menos desenvolvimento econômico, menos impostos, e que a economia da Cidade continua, infelizmente, numa espiral decrescente. Há uma certa ideologia dentro do serviço público de que o empreendedor é bandido, de que o investidor imobiliário é especulador imobiliário. E tudo isso conspira contra a atividade econômica da Cidade, Ver. Cláudio Janta, que acaba gerando menos emprego no varejo, no comércio, na indústria, enfim, a Cidade vai perdendo competitividade. Onde é que eu acho que nós erramos nessa primeira reforma? Na minha experiência – é com isso que posso contribuir, cada um pode contribuir com aquilo que traz no seu alforje existencial -, passei pela Secretaria da Indústria e Comércio e pela Secretaria de Urbanismo. Acho que a Secretaria da Indústria e Comércio é muito importante, mas nós deveríamos ter colocado a Secretaria da Indústria e Comércio, o InovaPoa, a Secretaria do Turismo, o Gades, aquelas parcerias estratégicas, e a Secretaria do Trabalho que faz a qualificação da mão de obra. Essas cinco têm absoluta afinidade, e nós teríamos feito a racionalização, teríamos colocado cinco secretarias dentro de uma só e sob um comando. A questão do licenciamento e da construção civil é uma outra cadeia produtiva importante também, aliás, eu diria que fundamental e estratégica porque ela é a cadeia produtiva mais importante da Cidade. E eu diria que ela é a mais democrática, porque na construção civil nós empregamos desde o servente de obras, que é um cara que não precisa necessariamente ter estudo, portanto, ele estaria excluído da atividade econômica formal, de um modo geral, até um estúdio de *designer*, que agrega muito valor e que tem profissionais ali extremamente qualificados com curso em especialização no Exterior. Onde é que está esbarrando essa área? Nós temos esbarrado porque se criaram muitos guichês em Porto Alegre ao longo do tempo. Então cada dia, de um guichê para outro, leva um, dois ou três meses, e em cada um o servidor aplica ali a sua lente para análise daquele processo.

Então o licenciamento tinha que estar *online*, em linha, e tinha que ser aproximado. No Epahc, por exemplo, tudo o que tem que a ver com o Plano Diretor tinha que estar sob o mesmo guarda-chuva. Hoje eu passei ali pela Voluntários da Pátria, e nos choca aquilo que foi preservado ali que não tinha que ter nada de histórico, pois é um absurdo aquele negócio ali na Voluntários da Pátria. Aliás, a Voluntários e a Ceará são exemplos do que não deve ser feito em termos de gerenciamento de obra

pública. Então eu acho que essas são as alterações que nós precisamos propor aqui ao longo dessa caminhada. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra em Comunicações.

O SR. DR. THIAGO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, nessa primeira Sessão Ordinária do ano eu não podia deixar de vir a esta tribuna e trazer um pouco das inquietudes, das aflições que eu tenho, particularmente, Ver. Camozzato, e que as pessoas que eu represento aqui têm com relação à saúde, principalmente à saúde pública. Quero contar com a ajuda de todos os colegas. Estamos desarquivando alguns projetos do ano passado e, certamente, eu acredito que possamos aprová-los aqui. Talvez um dos principais seja o que eu quero comentar hoje, que é o que versa sobre a possibilidade de pacientes que tenham problemas de perda de membro, sentido ou função ou casos oncológicos marcarem a sua consulta, terem o seu atendimento ligado diretamente ao local terciário, a um local que possa prestar esse atendimento. O que temos visto, reiteradas vezes, é que Porto Alegre tem sido a Capital, Ver. Oliboni, de tornar doenças curáveis em incuráveis. Os casos de câncer de intestino, por exemplo, têm sido diagnosticados nas emergências dos grandes hospitais: na emergência do Conceição, na emergência da Santa Casa, na emergência do Clínicas, porque estes pacientes acabam não sendo atendidos. E aí vai se ver, no histórico destes pacientes, que eles estão aguardando há dois, três anos por uma colonoscopia.

Estivemos agora de tarde, no início da Sessão, no Complexo Hospitalar da Santa Casa, conversando com o Dr. Roberto Coral, evidenciando exatamente essas questões. Então, a Secretaria, se ela não tem condições de gerir as consultas especializadas, ela tem que abrir o leque e dar a possibilidade de o paciente ir até o hospital e marcar a sua consulta especializada. Não pode continuar o que vem ocorrendo, Ver. Camozzato. Uma paciente que acompanhamos na periferia da Cidade tinha pedido a sua consulta especializada há três meses na Unidade de Saúde. Ela tinha uma mamografia com BI-RADS 5, ou seja, com diagnóstico de câncer já pelo exame radiológico, estava aguardando há meses na Unidade de Saúde, e as equipes do Hospital Presidente Vargas estavam sem ter pacientes para operar – a equipe de mastologia sem ter pacientes para operar. Então, numa ponta, a paciente esperando pela consulta especializada há meses, e, na outra ponta, a equipe médica no hospital não tendo pacientes para operar. Isso é o que não pode acontecer. Por isso, esse setor da Secretaria acabou recebendo, nos últimos anos, o nome de Central de “Desmarcação” de Consultas. Precisamos mudar isso. Precisamos fazer com que a Secretaria atue principalmente nesta situação das consultas especializadas. Não pode continuar ocorrendo, Ver. Oliboni, de 30% – quase um terço! – das consultas especializadas em Porto Alegre serem perdidas. Trinta por cento de absentismo se tem hoje em Porto Alegre, ou seja, o paciente marca uma consulta especializada no hospital e não vai, ou

porque não recebeu a orientação de ir ou porque não recebeu a marcação. Nós temos que mudar essa situação. Nós temos que proporcionar a esses pacientes que eles possam ser atendidos.

Para isso, nós temos um projeto específico e eu conto com o apoio e com a ajuda dos Vereadores. Claro que sempre pode, mas eu reitero a necessidade de colaborações, até com emendas, para que pacientes com casos oncológicos ou com possibilidade de perda de membros, sentido ou função possam marcar diretamente, no hospital, a sua consulta e o seu seguimento. E aí a Secretaria devidamente regula posteriormente com o hospital. Nós não podemos, em favor de uma pseudo-regulação, penalizar os pacientes muitas vezes à morte. Muito obrigado. Obrigado, Ver. Janta.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Luciano Marcantônio está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. LUCIANO MARCANTÔNIO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu quero saudar os nossos colegas – estamos iniciando a primeira Sessão Ordinária da nova Legislatura na Câmara de Vereadores –, principalmente aqueles que estão pela primeira vez nesta missão tão nobre, que é exercer este trabalho de servir a comunidade, porque essa é a missão, a responsabilidade e a demanda maior de um Vereador aqui em Porto Alegre, saber servir, fazer a interlocução, fazer a mediação, trazer para cá as questões polêmicas da sociedade e dirimi-las aqui. A Casa tem Comissões, e é importante, cada vez mais, colegas, que nós passemos isso para a sociedade: que esta Casa tem Comissões, com Vereadores, com técnicos para debater todos os problemas e todas as polêmicas que a sociedade exige de nós. Tenho certeza de que, nesta nova Legislatura, a Câmara está extremamente qualificada, com o corpo de funcionários extremamente competente. Mais uma vez, daremos uma grande demonstração da capacidade de resolver problemas graves da nossa comunidade e de esta Casa ser uma importante mediadora entre a sociedade e o novo Governo do Prefeito Marchezan. Esse é um governo que tem uma proposta nova, um conceito novo de gestão, um modelo novo. Isso, num primeiro momento, nos assusta, porque nós estamos acostumados com governos com conceitos convencionais de trabalho. Só que essa proposta do Governo Marchezan vem exatamente para vencer uma questão muito importante, que trouxe grandes prejuízos para a nossa sociedade, tanto para as pessoas de baixa renda quanto para as pessoas de classe média, para as suas demandas, principalmente os empreendimentos sociais, os empreendimentos privados. Esse modelo novo vem para vencermos um ponto crucial para melhorar o serviço para a nossa sociedade: a burocracia. É infernal o que nós passamos em Porto Alegre em relação aos entraves, aos gargalos que existem nas secretarias do Município. Acredito que, com essa redução das secretarias, com essa proposta de qualificar ao máximo as secretarias do Governo, com técnicos, nós estaremos dando um grande avanço para que esses corporativismos, esses nichos, principalmente vinculados e coordenados por parte

dos funcionários públicos - uma minoria, mas uma minoria que se empodera e não deixa que as coisas andem a favor da Cidade -, visaremos o bem comum, para que a nossa Cidade cresça independente de qualquer interesse partidário ou pessoal. Eu acredito nesse novo modelo. Claro, temos de debater muito aqui ainda esse novo modelo. As pessoas, os Vereadores, as lideranças de Porto Alegre, as lideranças dos movimentos sociais têm de se apropriar também desse novo modelo. Como disse no início, isso assusta, cria um impacto e uma resistência muito grande, mas é com o diálogo, que é a arma dos inteligentes, que nós vamos construir uma Porto Alegre melhor, fazendo o bem comum, com o apoio do Governo. Tenho muita fé nesse processo. Quero dizer, para encerrar, que, novamente, o Vereador Cecchim culpou os imigrantes por causa dos camelôs. Pelo amor de Deus, Vereador Cecchim, tenho o maior respeito pelo senhor, mas os imigrantes no Brasil e no mundo inteiro não são responsáveis pelo comércio clandestino em Porto Alegre. A responsabilidade é das máfias que trazem esses produtos para cá. Os imigrantes haitianos estão em Porto Alegre desde 2011. Eles não cometeram, aqui em Porto Alegre, um delito; tem mais de quatro mil imigrantes haitianos e senegaleses aqui. Esse discurso não cola, felizmente. Os imigrantes se esforçam, buscam emprego para mandar dinheiro para suas famílias lá no Exterior, e não podem trabalhar, não podem ter renda...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

O SR. LUCIANO MARCANTÔNIO: ...Esses imigrantes, alguns, vieram após um terremoto, uma catástrofe no Haiti, que são os haitianos; e outros, os senegaleses, vieram lá do norte da África, porque lá não tem emprego e estão morrendo de fome. O Brasil acolheu com o maior carinho, com o maior respeito. Eles estão, desde 2011, aqui em Porto Alegre e não cometeram um delito. A população adulta em situação de rua, cujo comitê eu coordenei por quatro anos, sendo Governo... Quantos imigrantes estão em situação de rua em Porto Alegre? Nenhum imigrante. Nós temos mais de quatro mil aqui, muitos trabalhando com carteira assinada, os que vocês veem em postos de gasolina, e muitos trabalhando informalmente, mas eles não são os responsáveis pelo comércio clandestino. A polícia é que tem de atacar essas máfias que trazem o material para cá, pois tanto os imigrantes quanto os porto-alegrenses vendem esse material. Obrigado pela atenção e uma boa Legislatura a todos...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Moises Maluco do Bem está com a palavra em Comunicações.

O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM: Obrigado, Presidente, volto à tribuna para dizer que concordo com o Ver. Cassio sobre discutir esta questão de, no recesso, termos condições de empregar Vereadores que estavam trabalhando. Inclusive, eu fiquei no mês de janeiro aqui e recebi algumas demandas. Eu não posso deixar de – na linha do que o Ver. Luciano Marcântonio acabou de dizer – dizer que nesse novo formato de gestão nós não podemos só nos limitar a debater. Eu gostaria de deixar claro e repetir o que eu disse aqui de uma forma diferente. Eu faço um convite a todos para que a gente ajude. Porque, se nas nossas casas, quando chamamos alguém para fazer uma reforma, derrubar uma parede, reconstruir, consertar, isso incomoda toda a família, é uma incomodação grande. E esse novo Governo vem para reformar áreas – como o Vereador disse – burocráticas, pesadas que não atendem direito o cidadão, que é quem paga o nosso salário, quem contribui. O cidadão não quer saber, na realidade, lá na Lomba do Pinheiro, quando ele abre a torneira, a explicação do engenheiro. E eu tenho visto o esforço, e uma das demandas que me fizeram ir até o DMAE, até o Rafael Zanette, interino, foi a questão da falta de água na região da Lomba do Pinheiro. Mas as pessoas têm que compreender que esta nova Administração realmente pegou áreas muito complicadas, há um grande número de “gatos” de água, de desvios, de lavagens irregulares, comércios que utilizam água e não pagam. E aí o contribuinte, honesto, trabalhador, acaba “pagando o pato”. Eu não poderia deixar de dizer aqui - porque eu tive, como falei, uma grande experiência na minha formação de gestão pública que atendi, no mês de janeiro, um empreendedor, o Eduardo, que também há 10 anos - ele desistiu, obviamente, do empreendimento – não conseguiu, em Porto Alegre, ali na Av. Cristóvão Colombo, por causa dos problemas de licenciamento, algumas coisas corporativistas. E eu preciso dividir essa preocupação que o Adeli falou, que o Valter falou, que o Secretário do Desenvolvimento Econômico estava aqui entre nós conversando. Mas a nova Administração, e aí eu faço um convite aos colegas da oposição, à Ver.^a Fernanda Melchionna, ao Ver. Roberto Robaina, a todos os Vereadores de oposição que se utilizem, falem com os Secretários, liguem, entrem em contato, discutam as questões nas comissões parlamentares da Casa com os titulares das Pastas. Eu acho que este Governo vem com um formato muito propício a isso, Ver. Robaina, e que a gente tenha claro isso. E quero dizer a vocês que, dentre este tempo que eu estive aqui, aprendendo, dia a dia, e vou aprender muito mais com vocês, vários foram os problemas. Ver. Cláudio Janta, presidindo os trabalhos neste momento, que tem uma militância sindical, eu recebi alguns rodoviários, um em especial, o Álvaro, Vereador-Suplente, e o que me surpreendeu no dia de hoje – vimos esta operação que surpreendeu a Cidade, atrasando os trabalhadores para os seus trabalhos – é que os rodoviários que vieram aqui disseram claramente – claro que todos nós estamos preocupados – que, por quatro ou cinco vezes, o próprio Sindicato previu que se prorrogasse por dois anos o cuidado com a função de cobrador. Se o Sindicato, algumas vezes, já previu essa diminuição – não é novidade a bilhetagem eletrônica –, se já houve essa previsão, por que tratar esse assunto como se fosse uma novidade, uma terra arrasada? Infelizmente não há dinheiro para tudo, a Administração gostaria de ter uma secretaria para tratar sobre o preconceito, que é uma coisa que assola, é um assunto

importante; nós gostaríamos de ter uma secretaria para cuidar da criança, mas infelizmente não há recurso. Vai explicar para um pai – quero dividir com vocês aqui, estava falando com o Ver. Matheus Ayres – que perdeu seu filho de um ano, no posto de saúde, por falta de recurso, que nós temos que batalhar por R\$ 15 milhões quando não se tem dinheiro, nem capacidade de endividamento, para pegar um hospital que nós adoraríamos de atender, e que o Governo adoraria dizer que aumentará o serviço. Não há condições, temos que ter responsabilidade de dizer que não haverá ampliação desse serviço. Nós estamos batalhando para continuar esse serviço. Existem prioridades, será um período muito difícil, e esta Câmara precisará ter responsabilidade, inclusive para vir aqui e dizer a verdade.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Cassio Trogildo reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra em Comunicações.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu queria aproveitar este primeiro dia em que a nossa Casa se reúne, primeiro, para saudar os Vereadores novos que aqui chegam, Vereadores que, com certeza, irão ajudar muito a cidade de Porto Alegre. Nesta Casa, onde há muita divergência, mas onde buscamos os interesses da população de Porto Alegre, os interesses do povo de Porto Alegre, buscando o melhor para a Cidade – no final, sempre convergimos. Convergimos, porque o interesse do povo, o interesse público, no entender dos 36 membros desta Casa, está em primeiro lugar. Todos nós aqui representamos uma parcela da sociedade que nos acha os seus representantes. E aqui vamos tentar fazer o melhor para a nossa Cidade, o melhor para a mobilidade urbana, o melhor na questão da saúde, na educação, na geração de emprego e renda.

Ontem foi divulgado o índice de que o Brasil, nos últimos vinte anos, bateu o maior recorde de desemprego da sua história. Isso é um dado muito triste, porque hoje o desemprego, nas famílias brasileiras, está como um eletrodoméstico, o desemprego está nas famílias brasileiras como uma televisão, como uma geladeira, como um fogão; quase todas as famílias brasileiras, hoje em dia, na sua ampla maioria, têm alguma pessoa desempregada, Ver. Professor Wambert. Então, eu acho que não cabe a nenhum Executivo, seja ele federal, estadual ou municipal, alimentar o desemprego. Cabe a nós, Legislativo, e ao Executivo, buscarmos políticas para a geração de emprego e renda, esse é o nosso papel. O papel da União, cada vez mais, é investir na indústria nacional, o papel da União, cada vez mais, é investir na pequena e média empresa que são os maiores empregadores.

Quando o Ver. Valter Nagelstein, Idenir Cecchim e Adeli Sell falam sobre o comércio informal no Centro de Porto Alegre, Ver. Luciano Marcantônio, eu concordo com o senhor, os haitianos, os senegaleses que estão invadindo as nossas praias, como

diz a música do Ultraje a Rigor, são pessoas que estão procurando emprego. Se conversarem com eles, verão professores, engenheiros, advogados, arquitetos que tiveram que sair dos seus países. Aqui acham o subemprego. Nós temos que combater o dono do negócio, como fez muito bem o Ver. Adeli, quando estava na SMIC. Temos que combater o cara que chega com o caminhão distribuindo fruta, ouro, relógio, CD. Lembro muito bem que o Adeli estourou – esse é o linguajar que se usa - muita loja que até fabricava CD no Centro de Porto Alegre. Temos que devolver o Centro de Porto Alegre para quem paga imposto e achar políticas públicas do Governo Federal para essas pessoas que aqui chegam. Ou vamos fazer como o Presidente americano? Vamos fechar as nossas fronteiras e ninguém mais entra? Acho que não. Mas não podemos penalizar as pessoas que geram emprego no nosso Município, as que pagam impostos. Vamos ter que nos somar à Prefeitura de Porto Alegre para achar saída e soluções. Volto a afirmar, lá estão professores, engenheiros...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

O SR. CLÁUDIO JANTA: ...advogados, arquitetos, pessoas com que nós podemos trabalhar em vários projetos sociais, usar em vários momentos em Porto Alegre, que podem nos ajudar com as suas experiências. Estão no subemprego, porque é o que sobrou para eles. Se visitarmos a periferia, veremos que eles habitam e estão integrados no Rubem Berta, no Passo das Pedras.

Queria convidar todos para a Festa de Nossa Senhora dos Navegantes, que não é a padroeira da nossa Cidade, mas é a Santa que a nossa Cidade adotou, e amanhã teremos a procissão de Nossa Senhora dos Navegantes. Que Nossa Senhora dos Navegantes, Iemanjá, abençoem os nossos mandatos, abençoem a nossa legislatura, que todo o seu axé e toda sua energia boa venham para este mundo político, e que nós consigamos fazer o melhor para a população de Porto Alegre, o melhor para os trabalhadores e suas famílias. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Grande Expediente.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, sendo o primeiro da lista, pela ordem alfabética, a gente inicia o ano falando bastante. E eu queria continuar o diálogo que nós iniciamos no início da tarde, Matheus, para tratar de alguns temas, como eu sempre digo, pois não são temas de um Vereador; são temas

da Câmara, da Cidade, sobre como a Cidade se organiza! As pessoas gostam de falar dos nossos Planos Diretores. Vou começar com isso. O Plano Diretor de uma cidade molda a cidade. Como o Plano Diretor de 59 e 79 foi burocrático, de cima para baixo, sem ouvir a população, a portas fechadas, nós tivemos um desenho errado da Cidade, complicado da Cidade. Nós temos uma Cidade apartada, uma Cidade em que botaram na cabeça, com o modernismo que vingou na época, que nós precisávamos ter uma região de habitação, uma de fábricas, uma de boteco, uma disso, uma daquilo. Gente! Já em 79 se era contramão do avançado processo de urbanismo, com o grande livro escrito em 1961 pela Arquiteta Canadense, Jane Jacobs, Morte e Vida de Grandes Cidades. Ela mostrou o que é uma cidade viva, Bosco, uma cidade viva! É uma cidade miscigenada, não pode ser uma cidade apartada. Brasília é um contrassenso. Se você não tiver carro em Brasília, se você não for abastado, em Brasília, você mora na periferia da periferia. Porto Alegre foi assim, os pobres não podiam mais viver perto de alguns lugares, aí tiveram que pegar o pessoal da Ilhota, da Cidade Baixa e enfiar no Barro Vermelho, na Restinga, com custos impressionantes para o poder público que teve que colocar toda uma logística de água, luz, esgoto, até chegar lá. Então, quem tinha os terrenos nesse meio ficou muito rico. Os Planos Diretores burocráticos só servem para as elites, não qualquer elite, não elite pensante, uma elite que pensa o mundo, não; àquela que é sanguessuga, que diz, Camozzato, que é liberal, no entanto, mama no Estado. É muito bom que nesta Legislatura nós temos alguns Vereadores excessivamente liberais. Agora, sim, agora dá para discutir política. Porque uns se chamavam liberais aqui, mas de liberal não tinham absolutamente nada, porque, quando se discutiam certos temas, eles eram mais de Estado, num sentido de um Estado amplíssimo, do que nós aqui da esquerda.

O Sr. Professor Wambert: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Adeli Sell, uma modesta discordância: o que falta, exatamente no Brasil, são elites. O Brasil tem mesmo oligarquias com pragmatismo de curto prazo. A exemplificar: toda a burguesia brasileira é muito semelhante à burguesia alemã da década de 1920, 1930, que apoiou o Governo do PT recentemente. Toda a burguesia brasileira com o sentimento de pragmatismo de curto prazo. Então, a burguesia brasileira, de fato, só olha para o seu próprio umbigo, não pensa nos seus netos, nos seus bisnetos, nos seus filhos. E esse pragmatismo de curto prazo é que transforma essas castas poderosas do Brasil, no lugar de elite, como V. Exa. falou, verdadeiras oligarquias. Muito obrigado.

O SR. ADELI SELL: Aceito o seu aparte, porque, na verdade, talvez deva usar a terminologia daquele famoso livro “Os Donos do Poder”, porque ali está, de fato, a oligarquia, que tem esses interesses que não são da maioria. É por isso que temos que discutir a Cidade, as grandes questões de Porto Alegre. Por que o sistema de circulação e transporte não funciona, é de péssima qualidade? Porque há um problema, os ônibus vêm batendo lata por dentro da Cidade de Porto Alegre. A integração com o metrô que a gente batalhou... Todos os governos, na questão do transporte, erraram muito. Nós

tínhamos companheiros nossos, do PT, Oliboni, que eram contra o metrô. Contra o metrô! Hoje, os mesmos... Inclusive, por isso eu faço algumas sinalizações de companheiros que têm que ouvir certas coisas. Não saiu a linha 2 do metrô por culpa de vários atores políticos e sociais, vários.

Saindo da questão do urbanismo mais amplo, eu não posso também deixar de falar um pouco no nosso feijão com arroz. Eu volto a insistir nas questões do cotidiano. Nós temos que ter uma Cidade segura para as pessoas. Hoje você não consegue caminhar no Centro, porque você é vítima de assalto e de punção em todas as esquinas. Você não consegue andar... O perigo ronda porque a Cidade está desestruturada.

O Sr. Aldacir Oliboni: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Nobre Ver. Adeli, colega de bancada, à medida que V. Exa. está falando, estou lembrando, por exemplo, do período de campanha, quando nos estávamos em todas as esquinas da Cidade andando e conversando com a população. E a gente percebia uma enorme indignação pelo abandono da Cidade. Em cada esquina, parecia que tinha uma feira; uma pessoa com deficiência tem uma enorme dificuldade de transitar na Cidade. Então essa questão da humanização, de ações importantes, olhando para os serviços, é que nos preocupa muito. Se nós olharmos, já faz 30 dias que o novo Prefeito assumiu, e nós continuamos com a fila no posto de saúde, com a falta de medicamentos e uma série de problemas. Nós temos que ser, de fato, com a atribuição que tem o Vereador, fiscais da Cidade, e temos que pedir rapidez, porque o povo tem uma enorme necessidade de saber que os Vereadores, os Deputados, o Prefeito, o Governador têm essa sensibilidade de dar a ele um serviço público de qualidade.

O SR. ADELI SELL: O Vereador trouxe uma questão que eu fiz lá em 2003 sobre essa questão da venda. Temos que saber quem está por trás. A questão das frutas, o que as pessoas compram é o restolho da Ceasa. Estão quebrando o hortomercado, onde são todos trabalhadores, não tem nenhum rico lá dentro, tanto da Parobé quanto da Rui Barbosa; essas bancas amarelas são legalizadas, o pessoal faz direitinho, tem alvará. Agora, o cara põe do lado o restolho da Ceasa por um preço menor, que é fomentado por um caminhão que chega todos os dias de manhã no Centro de Porto Alegre com um grande distribuidor.

Os nossos imigrantes, outras pessoas que estão vendendo na rua, os *kits* são os mesmos, são cinco *kits* diferenciados. A máfia chinesa e a máfia oriental fornecem esses produtos. Nós precisamos fazer, eu já discuti isso com a nova Secretária de Desenvolvimento Econômico, que estava há pouco aqui, nós temos que fazer cursos de formação para essas pessoas, porque você vai a hotéis e restaurantes e estão pedindo gente para trabalhar, agora querem gente qualificada. Então qualificação para o mundo do trabalho é tremendamente importante.

Concluo, Presidente, essa primeira fala sem usar todo o tempo porque nós teremos muitos minutos para discutir, neste ano de 2017, as grandes questões da

Cidade. Fico muito contente em poder dialogar com os colegas Vereadores. Esse é o clima positivo em que nós inauguramos essa Legislatura. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra em Grande Expediente. (Pausa.) Ausente.

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 3340/13 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 370/13, de autoria do Ver. Valter Nagelstein, que determina a observância de procedimentos para projetos técnicos para a instalação e a manutenção de equipamentos de ar condicionado em ambientes coletivos fechados não residenciais no Município de Porto Alegre.

PROC. Nº 0847/15 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 008/15, de autoria do Ver. Mendes Ribeiro, que estabelece normas para a exploração, pelos permissionários do serviço de transporte coletivo por ônibus e seletivo por lotação, dos espaços dos veículos desse serviço para a veiculação de propaganda e dá outras providências.

PROC. Nº 2308/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 226/16, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, que restringe o trânsito de veículos automotores na área delimitada pelas vias que especifica.

PROC. Nº 2696/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 276/16, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, que denomina Rua Selaimen o logradouro público cadastrado conhecido como Rua 2084 – Loteamento Parque Empresarial Condor –, localizado no Bairro São João.

PROC. Nº 2709/16 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 064/16, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, que concede a Comenda Porto do Sol ao Centro de Tradições Gaúchas Tiarayú.

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0562/15 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 054/15, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que declara de utilidade pública a Associação Nacional de Defesa e Informação do Consumidor – Andicom.

PROC. Nº 2428/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 238/16, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que inclui a efeméride Dia do Agente de Fiscalização no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 14 de dezembro.

PROC. Nº 2600/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 265/16, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que denomina Rua Jadyr Lopes Fettermann o logradouro não cadastrado conhecido como Rua Três Mil Cento e Quarenta e Três, localizado no Bairro Sarandi e em zona indefinida.

PROC. Nº 2624/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 268/16, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que denomina Rua Wilson Prates Bernardini o logradouro não cadastrado conhecido como Rua Dois Mil e Dez, localizado no Bairro Farrapos.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Não há quem queira discutir a Pauta. Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 16h52min.)

* * * * *